



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U. nº 198, de 14/10/2016
AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

JULIANA PRICILA MARTINS WEIZENMANN

CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM
PALMAS-TO

PALMAS – TO
2020

JULIANA PRICILA MARTINS WEIZENMANN

CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM
PALMAS-TO.

Monografia elaborada e apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do curso de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Esp. Andherson Prado Campos.

PALMAS – TO
2020

JULIANA PRICILA MARTINS WEIZENMANN

CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CÃES E GATOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM
PALMAS-TO.

Monografia elaborada e apresentada na disciplina de TCC II como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Esp. Andherson Prado Campos.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Andherson Prado Campos.
(Orientador)
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me. Fernanda Brito de Abreu
(Membro Interno)
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO
2020

RESUMO

WEIZENMANN, Juliana Pricila Martins. **Centro de Acolhimento de cães e gatos em Situação de Risco em Palmas- TO**. 2020. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2020.

O presente trabalho tem como finalidade elaborar um estudo referente a situação de cães e gatos abandonados em Palmas, dando ênfase a importância de abrigos e centros de acolhimento destinados a eles. Para tal estudo, tomou-se como base pesquisas bibliográficas e estudos de caso referentes ao tema. Além de aplicação de entrevistas aos presidentes de ONG's e protetores independentes, para que se pudesse ter um panorama de qual situação se encontram os animais abandonados na cidade, buscando complementar informações e comprovar a necessidade de um projeto neste âmbito, tendo embasamento para definir a demanda deste serviço. O estudo foi elaborado utilizando-se de artigos, livros, leis e normas vigentes que atuam sobre casos de abandono e qualidade de vida animal. O objetivo é receber o maior número de animais, dentro do possível, oferecendo-lhes médicos veterinários para tratamentos e cuidados básicos, alimento, conforto e segurança, proporcionando-lhes um ambiente completamente diferente dos quais eles viviam. Posteriormente haverá o processo de adoção, onde terão uma chance de viver em um lar com amor. A intenção de trabalhar com feiras de adoção é de promover um fluxo rotativo de animais, para que outros possam usufruir de tal ajuda. Além disso, sensibilizar as pessoas a respeitarem a vida animal, porque por mais que não adotem ou não queiram ter animais, o cuidado é básico e todos podem ajudar, visando dessa forma minimizar os problemas que o abandono pode causar e buscando dar uma nova chance a esses animais.

Palavras-chave: Abandono. Centro de acolhimento. Animais.

ABSTRACT

WEIZENMANN, Juliana Pricila Martins. **HazardousDog and Cat Shelter Center in Palmas- TO**. 2020. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2020.

The present work uses a reference study of dogs and cats abandoned in Palmas, emphasizing the importance of shelters and shelters used by them. See this study, considered as the basis for bibliographic research and case studies related to the topic. In addition to the application of interviews to the presidents of NGOs and independent protectors, for those who can have an overview of what situation is the animals abandoned in the city, seeking complementary information and proving the need for a project in this case, having the basis to define a requirement for this service. The study was carried out using articles, books, laws and regulations in force that deal with cases of abandonment and quality of animal life. The aim is to receive as many animals as possible, to provide veterinarians for basic care and care, food, comfort and safety, to use them in a completely different environment from which they lived. Thereafter, there will be the adoption process, where there will be a chance to live in a loving home. The intention of working with adoption fairs is to promote a rotating flow of animals, so that other users can take advantage of this help. In addition, to raise awareness of how people respect animal life, because no matter how much they don't adopt or want animals, basic care and all animals can help, change the way they minimize problems that may or may not cause a new chance for them animals.

Keywords: Abandonment. Shelter. Animals.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Animal abandonado	16
Figura 2 - Cachorro abandonado e ferido	18
Figura 3 - Cão resgatado em situação de maus tratos.....	19
Figura 4 - Antes e depois do resgate.	23
Figura 5 - Divulgação de desaparecimento.....	24
Figura 6 - Pedido de doações.	24
Figura 7 - Fachada do <i>Palm Springs - animal care facility</i>	32
Figura 8 - Planta baixa do <i>Palm Springs</i>	33
Figura 9 - Canis individuais	34
Figura 10 - Áreas de banho de sol	34
Figura 11 - Gatil coletivo	34
Figura 12 - Gatil Individual.....	34
Figura 13 - Abrigo Piccolina, Fachada	35
Figura 14 - Planta Baixa	35
Figura 15 - Interior do canil.....	36
Figura 16 - Solário dos canis individuais.	36
Figura 17 - Fachada South Los Angeles - Animal Care Center.....	37
Figura 18 - Entrada - South Los Angeles	37
Figura 19 - Implantação - South Los Angeles	38
Figura 20 - Jardim dos Canis - South Los Angeles.	39
Figura 21 - Jardim dos Canis - South Los Angeles.	39
Figura 22 – Orientação Solar	40
Figura 23 – Carta Solar	40
Figura 24 - Caracterização da Direção Predominante e Velocidade do Vento em Palmas- TO.	41
Figura 25 - Terreno	41
Figura 26 - Vegetação do terreno.....	41
Figura 27 - Calçadas	42
Figura 28 – Rede Elétrica.....	42
Figura 29 - Comércio vizinho.....	42
Figura 30 - Comércio residencial.....	42
Figura 31 - Residencial Multifamiliar	42
Figura 32 - Residencial Unifamiliar.....	42

Figura 33 – Vegetação existente.....	43
Figura 34 – Vegetação existente.....	43
Figura 35 - Terreno	43
Figura 36 - Arborizações	43
Figura 37 - Topografia do Terreno	44
Figura 38 - Entorno imediato	44
Figura 39 - Entorno Mediato.....	45
Figura 40 - Cobogó na fachada.....	46
Figura 41- Cobogó como elemento estético.....	46
Figura 42 - Cobogó como elemento de proteção	46
Figura 43 - Cobogó no interior.....	46
Figura 44 - Estratégia compositiva	47
Figura 45 - Estrutura dos Gatis	48
Figura 46 – Estrutura dos Canis.....	48
Figura 47 - Sistema de drenagem	48
Figura 48 - Sistema de captação de água.....	48
Figura 49 - Funcionograma	52
Figura 50 – Articulações Funcionais	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Área para alojamento de cães	10
Quadro 2 - Área para alojamento de gatos	10
Quadro 3 - Parâmetros e diretrizes de acordo com a WSPA	11
Quadro 4 - Abando de Cães.....	17
Quadro 5 - Abandono de Gatos	17
Quadro 6 - Pré-dimensionamento	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
FNDA	Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILM	Instituto Luisa Mell
OMS	Organização Mundial de Saúde
UIPA	União Internacional Protetora dos Animais
WSPA	World Society for the Protection of Animals

**"Antes de se ter amado um animal,
parte da nossa alma permanece desacordada".**

Anatole France

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e chegar até aqui.

Agradeço aos professores que fizeram parte dessa trajetória, por toda a contribuição para o meu desenvolvimento profissional e pessoal. Em especial, o meu orientador Andherson Prado, pelas orientações e correções e por acreditar na minha capacidade. E a minha coorientadora Fernanda Brito, por ter aceitado acompanhar-me neste projeto. O seu conhecimento foi essencial para a minha motivação.

Agradeço aos meus familiares e amigos, pelo incentivo e apoio para enfrentar as barreiras da vida. Mesmo estando longe, nunca deixaram de me incentivar, sempre me desejaram coisas boas e tinham sempre palavras confortantes nos momentos difíceis.

Agradeço à minha mãe Elisângela, pela preocupação constante, pelo incentivo, pela disposição em me levar a faculdade quando era preciso, pela espera no ponto de ônibus quando voltava tarde e por sempre me dizer que todo aquele esforço iria valer a pena. Por ler meus textos da faculdade e ver se estavam bons, por chorar comigo na hora de escolher fotos para compor meu TCC e por me permitir viver meu sonho. Fazendo muito mais do que podia para me ver feliz.

Ao meu pai, Laerte, pela determinação e luta para tornar minha formação realidade. Por acreditar na minha capacidade, pelo amor e carinho recebido e por sempre estar presente em minha vida.

Agradeço a minha irmã, Carol, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida.

Aos colegas de faculdade que quando precisei estavam sempre dispostos a ajudar e colaborar com seus conhecimentos. E poderão contar comigo na mesma intensidade, mesmo que nossos caminhos sejam diferentes.

Aos meus filhinhos de quatro patas que fizeram e fazem minha vida mais alegre. E o amor por eles, me inspirou a escolher o tema do meu TCC.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, meu muito obrigada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	Problemática	5
1.2	Justificativa	6
1.3	Objetivos	7
1.3.1	Objetivo geral	7
1.3.2	Objetivos específicos	7
2	METODOLOGIA	8
3	REFERENCIAL TEÓRICO	8
3.1	Abrigo para cães e gatos	8
3.1.1	Políticas para abrigos de cães e gatos	11
3.1.2	Diretrizes para alojamentos	12
3.1.3	Instalações do abrigo	13
3.2	Histórico	14
3.2.1	World Animal Protection	15
3.2.2	UIPA (União Internacional Protetora dos Animais)	15
3.3	Abandono de cães e gatos	15
3.3.1	Abandono na cidade de Palmas	18
3.4	Homem e o animal doméstico	20
3.4.1	Benefícios do animal e qualidade de vida	21
3.4.2	Zoonoses	22
3.5	ONG's e proteção animal	22
3.6	Direito dos animais	26
3.6.1	Proteção animal	26
3.6.2	Guarda responsável e tutoria	27
3.6.3	Maus tratos aos animais	27
3.7	Leis e normas pertinentes	28
3.7.1	Código de Obras e Edificações do Município de Palmas	28
3.7.2	RDC 050 - Infraestrutura de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	28
3.7.3	NBR 9050 2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	30
3.7.4	NBR 9077 2001 - Saída de emergência em edifícios	31
3.7.5	Lei nº 386 de 17 de fevereiro de 1993	31

4	ESTUDOS DE CASO	31
4.1	<i>Palm Springs – Animal Care Facility</i> , EUA	31
4.2	Abrigo Piccolina, São Paulo	35
4.3	<i>South Los Angeles – Animal Care Center</i> , EUA.....	37
5	CONDICIONANTES DO TERRENO	39
5.1	Situação do terreno	39
5.2	Orientação Solar e aplicação da Carta Solar de Palmas.....	40
5.3	Ventos predominantes.....	41
5.4	Relatório fotográfico e Serviços públicos prestados no entorno do terreno...41	
5.5	Estudo arbóreo.....	43
5.6	Leitura da topografia do terreno	44
5.7	Leitura do entorno imediato e mediato do terreno.....	44
5.7.1	Leitura do entorno imediato do terreno.....	44
5.7.2	Leitura do entorno mediato do terreno	45
6	DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO ARQUITETÔNICO ADOTADO	45
6.1	Conceito do Cobogó.....	46
7	ESTRATÉGIA COMPOSITIVA	47
8	SISTEMA CONSTRUTIVO	48
8.1	Materiais.....	49
9	PROGRAMA DE NECESSIDADES	49
9.1	Pré dimensionamento.....	49
10	ARTICULAÇÕES FUNCIONAIS.....	52
10.1	Setorização e fluxograma.....	52
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

O abandono de animais ainda é uma prática que está presente em todo o mundo, embasados por motivos diversos, mudança de residência, ao mais abominável como: perda de interesse pelo animal, assim as pessoas abandonam seus animais nas ruas.

Segundo entrevistas realizadas com representantes de Organizações não governamentais-ONG's e protetores independentes, na cidade de Palmas-TO a situação não é diferente. É comum andar nas ruas e se deparar com animais sem nenhuma qualidade de vida, que muitas vezes estão feridos e expostos a intempéries e a toda ação humana, podendo serem atropelados ou agredidos. Essa situação é mais comum nas periferias da cidade de Palmas, onde está localizada a população de baixa renda, o que propicia ainda mais o abandono.

Além da preocupação com o bem-estar animal, existe o risco de transmissão de doenças, procriações indesejadas, o que agrava o cenário. Perante isso, a criação de um centro de acolhimento para cães e gatos em situação de risco, seria uma das soluções para diminuir a ocorrência desses problemas.

A cidade de Palmas apresenta um número significativamente grande de animais abandonados, dos quais muitos se encontram doentes e em estado de desnutrição ou machucados. O município conta em média com 10 ONG's, sendo somente 2 delas legalmente constituídas, a Associação Adota Palmas e Ausemiaus, e dependem diretamente de ajuda financeira de pessoas ou órgãos que na maioria das vezes se tornam parceiros da causa. Mas, sem a colaboração do poder público e sem um local próprio para esse fim, não é possível fazer muito pelos animais em vulnerabilidade.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal propor um projeto arquitetônico de um Centro de Acolhimento para cães e gatos em situação de risco em Palmas-TO, dando ênfase ao bem-estar dos animais e segurança da população em geral. No que tange sua relevância e contribuição social, a proposta viabilizará a melhoria de vida de muitos animais que estão em estado de abandono na cidade de Palmas, diminuindo assim o número de propagações de doenças ocasionadas pelos mesmos.

A metodologia do trabalho é baseada através de estudos teóricos e bibliográficos sobre abrigos, que envolvem o abandono de animais, legislações e

estudos de caso relacionados ao bem-estar animal, tomando como referência os pontos positivos dos estudos, para que seja elaborado uma proposta arquitetônica, que vise, conforto e qualidade de vida a esses animais. Também foram realizadas entrevistas para compor o estudo e contribuir de forma mais realista com o trabalho, as entrevistas foram feitas em algumas ONG's e associações da cidade de Palmas.

1.1 Problemática

O número de animais abandonados ou em situação de risco em Palmas é considerado alto, conforme entrevista realizada com a presidente da ONG Ausemiaus do município de Palmas. Além de estarem soltos nas ruas, podem ocasionar acidentes de trânsito e transmitir doenças aos seres humanos, sendo esse identificado como um problema para a população em geral.

Aliada as problemáticas de bem-estar, a população de animais abandonados se reflete como um grave cenário de saúde pública, pois pode gerar agressões, poluição ambiental e transmissão de zoonoses. O alto contingente populacional de cães e gatos, a carência de prevenção e controle de doenças e as condições desfavoráveis de vida dos animais eleva o risco de transmissão de zoonoses. (THRUSFIELD, 2004; GUIMARÃES, 2005).

Segundo o Centro de Controle de Zoonoses de São Paulo (2003), atualmente são identificadas 1.415 espécies de organismos patogênicos ao homem, dos quais 868 (61%) são determinantes de zoonoses, doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos.

Um dessas doenças é a leishmaniose que é um problema de saúde pública que tem atingido muitos estados do território brasileiro. Na epidemiologia dessa zoonose, o cão atua como principal vetor de transmissão do protozoário em áreas urbanas. A leishmaniose tem sido documentada em diversos países, sendo estimada uma prevalência mundial de 12 milhões, com 400.000 casos novos da doença por ano (LESSA; CARVALHO, 2007).

Dessa maneira, visando a qualidade de vida do ser humano e dos animais, uma das formas de se contornar esse problema de saúde, é tentar reduzir ao máximo o número de animais abandonados nas ruas das cidades. Quanto menos cães e gatos vivendo nas ruas, sem condições de salubridade, menos propagação de doenças, maus tratos, entre outros. Nesse contexto, levante-se o questionamento

sobre qual a real necessidade de um Centro de Acolhimento para cães e gatos em situação de risco em Palmas, e de que maneira um projeto arquitetônico pode promover a melhoria desta situação?

1.2 Justificativa

A cidade de Palmas apresenta um número significativamente grande de animais abandonados, dos quais muitos se encontram doentes e em estado de desnutrição ou machucados. A ajuda para esses casos, muitas vezes, vem através de pessoas sensibilizadas com o trabalho das ONG's ou associações que se comprometem a arcar muitas vezes com todo o custo para recuperação desses animais.

Atualmente a cidade conta em média com 10 ONG's, sendo somente 2 delas legalmente constituídas, a Associação Adota Palmas e Ausemiaus, mas todas lutam pelo bem-estar desses animais, dependendo de ajuda financeira de pessoas ou órgãos que na maioria das vezes se tornam parceiros da causa. Mas, sem a colaboração do poder público e sem um local próprio para esse fim, não é possível fazer muito por eles.

Através de entrevistas com responsáveis das associações, foi possível compreender um pouco mais sobre a realidade desse trabalho árduo, porém sempre gratificante, que é o acolhimento de animais. São pessoas voluntárias que disponibilizam um pouco do seu tempo para ajudar na causa e se dividem entre fazer resgate, encaminhar para clínicas parceiras, realizar feiras de adoção, promover bingos e eventos para angariar fundos. Entretanto, o maior problema relatado refere-se ao devido alojamento desses animais.

Essas instituições não apresentam abrigo para os animais, assim, necessitam sempre da boa vontade das pessoas que cedem espaço nas suas próprias residências, como lar temporário. O empecilho, é que geralmente são muitos animais e poucas pessoas dispostas a oferecer um ambiente, não por falta de vontade ou espaço, mas por já possuírem animais em seus lares.

De acordo com Andréa, representante da Associação Ausemiaus, muitas das vezes não é fácil a convivência com animais externos, primeiro pelo sentimento de pertencimento ou diferença de espécie e segundo pela transmissão de doenças. Os animais resgatados podem estar infectados e o tutor, na maioria das vezes, não

quer expor seu pet ao risco. Por isso a cidade demanda de espaços planejados e organizados, que abrigue com qualidade os animais de rua até serem doados.

Vale ressaltar que a proposta arquitetônica de um centro de acolhimento é diferente de um abrigo. Talvez, o abrigo seja visto por muitas pessoas como um depósito de animais, onde ocorre a terceirização de responsabilidade, entretanto a proposta projetual deste trabalho trata de um centro de acolhimento que envolve questões ao tratamento do animal abandonado, recuperação e posterior adoção.

Assim, justifica-se a proposta de um Centro de acolhimento baseado nas necessidades reais, buscando desenvolver um projeto justo e que atenda às necessidades da cidade. O projeto propõe atendimento veterinário de urgência e emergência, centro cirúrgico, espaço para eventos de adoção, dentre outros ambientes. O centro será parte filantrópico e parte privado, possuirá locais adequados que possam atender e abrigar os animais abandonados da cidade e terá espaço para comércio, colaborando na viabilidade financeira da proposta.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Propor um projeto arquitetônico de um Centro de Acolhimento para cães e gatos em situação de risco em Palmas-TO, dando ênfase ao bem-estar dos animais e segurança da população em geral.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar referencial teórico sobre abrigos para cães e gatos e a situação do abandono na cidade de Palmas-TO;
- Verificar estudos de caso de edificações similares e absorver os pontos relevantes e positivos de cada projeto;
- Desenvolver proposta arquitetônica de estadia, saúde animal, comércio e adoção;
- Contribuir socialmente para a diminuição de animais em situação de rua e melhorar as condições de vida desses animais.

2 METODOLOGIA

Propõe-se uma pesquisa aplicada em campo, com objetivo metodológico descritivo, baseando-se em uma abordagem quali-quantitativa e com procedimento metodológico de levantamento.

A etapa de levantamento dos dados ocorreu em ONG's que atuam no âmbito de proteção animal, realizada através do procedimento de levantamento, utilizando-se de um questionário para adquirir informações específicas e todas relacionadas aos animais abandonados em Palmas.

Por meio de estudos em livros e artigos, tendo como principal foco cães e gatos e as necessidades para o seu bem-estar, realizou-se uma pesquisa sobre as normas técnicas da arquitetura a respeito da funcionalidade e conforto ambiental e a aplicação de estratégias bioclimáticas referente a esse público alvo.

Já os parâmetros normativos necessários para o desenvolvimento da proposta projetual foram obtidos por meio de análise do Código de Obras de Palmas- TO, da NBR 9050 (Norma técnica de acessibilidade), da NBR 9077 (Norma sobre saídas de emergência) e da RDC 050 (Regulamento técnico sobre edifícios hospitalares).

A proposta foi feita a partir da escolha de projetos semelhantes a proposta atual, através de estudos de caso, com o intuito de se obter mais informações sobre o funcionamento, a estrutura, materiais utilizados, entre outros pontos positivos, já os negativos serão considerados como exemplos a serem melhorado.

A partir de todas as informações obtidas será elaborada uma proposta arquitetônica justa levando em consideração principalmente o bem-estar dos animais, considerando as condições climáticas do entorno e terreno.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Abrigo para cães e gatos

Para o desenvolvimento deste capítulo tentou-se buscar referenciais teóricos acerca de centros de acolhimentos de animais, no entanto, diante da dificuldade de se encontrar documentos, tais como: artigos, dissertações e teses, sobre o tema, é apresentado neste capítulo a temática que mais se aproximou do tema abordado, que são os abrigos para animais.

Os abrigos são instalações que mantêm uma quantidade considerável de animais, vindos comumente de situações de risco ou abandono. Segundo Miller e Zawistowski (2013), nesses estabelecimentos, os animais recolhidos devem passar por um processo de reabilitação para serem reintroduzidos na sociedade por meio da adoção, ou seja, são locais de estadia temporária, no qual devem ser referência em cuidados veterinários, bem-estar animal e na promoção de programas educativos quanto à guarda responsável e trabalhando para a prevenção do abandono.

Esses espaços podem ser de responsabilidade governamental, privada, de organização não governamental (ONG) ou mista e devem adequar suas instalações para que os canis e gatis sejam espaços capazes de receber e propor um ambiente confortável para os animais.

Segundo Mariana (2019), protetora independente e mantedora de um gatil em Palmas, estimular a adoção em gatis e canis é importante para que o fluxo de animais seja rotativo, recolocando os animais em novos lares, o mais rápido possível, para que assim novos animais possam ser abrigados.

O abandono e os maus-tratos sofridos anteriormente causam, nesses animais, transtornos psicológicos diversos, especialmente ansiedade, insegurança e vulnerabilidade emocional. A recolocação em um novo grupo familiar, seguro e acolhedor, é fator importante para o desenvolvimento e restabelecimento da saúde física e mental desses animais. Para sua recolocação, no entanto, esses animais precisam do abrigo para sua pronta reabilitação física e comportamental e para o encontro de famílias e lares apropriados (FNDA, 2020).

Um abrigo, além de manter e proporcionar o bem-estar animal, deve usar de campanhas e divulgação para guarda responsável de animais e castrações para o controle populacional de cães e gatos, além de ter conhecimento da política pública estabelecida na cidade e das possibilidades de parceria para que os animais recebam o melhor tratamento.

Para isso, são necessárias capacitações periódicas de todos os profissionais que trabalham no abrigo, com vistas ao seu próprio bem-estar físico e mental e a uma interação harmoniosa com os animais (FNDA, 2020). É muito importante, portanto, que a quantidade de animais que será admitida e mantida no

abrigo seja planejada e que seus limites sejam estabelecidos, levando-se em conta, principalmente, o espaço disponível, o orçamento e o quadro de pessoal.

Uma forma simples de estabelecer quantos animais, ao máximo, o abrigo pode comportar, levando-se em consideração o espaço disponível, é dividir a área total destinada ao alojamento dos animais pela área mínima necessária para cada animal.

Quadro 1 - Área para alojamento de cães

Instalações para Canis	
Área total para alojamentos dos animais	500,00 m ²
Área mínima necessária para 1 animal	5,00 m ²
Quantidade máxima de animais	100

Fonte: www.kenneldesign.com, 2011.

Quadro 2 - Área para alojamento de gatos

Instalações para Gatil	
Área mínima necessária para 1-2 /Grupo >4	2m ² / 10m ²
Área em m ³ por gato	0.84 m ³
Área total e quantidade máxima de animais	30m ² x 15= 45,00m ²

Fonte: www.catterydesign.com, 2011.

É importante também entender que abrigos de animais são locais que atendem animais em risco, mas não acabam com a causa que os fazem existir, que é o abandono aos animais. Por isso, para melhorar a qualidade de vida de cães e gatos abrigados, é necessário trabalhar com o número de animais mais próximo de zero (ARRUDA, 2019.)

Outro fator importante nos ambientes de abrigos de animais é poluição sonora gerada por eles, assim, torna-se necessário trabalhar utilizando materiais mais apropriados para reduzir a passagem dos ruídos. A altura do pé-direito da construção e o tipo de material utilizado no forro ou telhado também tem grande influência sobre os ruídos. Para que não haja um estresse muito grande dos animais e dos funcionários, é importante avaliar essa situação e buscar os melhores caminhos para minimizar esses problemas (WSPA, 2011).

O desenho do edifício e a setorização dos espaços por funções devem ser estudadas no início do desenvolvimento do projeto arquitetônico para garantir conforto acústico e térmico, insolação, luminosidade, ventilação e conforto visual.

O uso adequado de uma vegetação típica da região poderá ser uma estratégia importante na criação de microclimas mais amenos e poderão ser utilizadas como barreiras para a propagação do som, além de construir uma paisagem mais agradável para o convívio de animais e funcionários (WSPA, 2011). A ventilação, a luminosidade e todos esses fatores devem ser levados em consideração na edificação de um abrigo, além dos materiais construtivos, pois são os que mais geram custo no valor global da obra.

A coordenação modular, outro elemento imprescindível pode ser aliada a flexibilização arquitetônica e possibilita a criação de um projeto mais racional, ou seja, com uma aplicação mais eficiente de recursos gerando menor desperdício e maior economia, sendo essas características importantes para uma obra que venha a ser realizada pelo governo ou por meio de ajuda de ONG's (LUCINI, 2001).

3.1.1 Políticas para abrigos de cães e gatos

A WSPA – *World Society for the Protection of Animals* é uma organização que trabalha em diversos países em prol da proteção animal, inclusive no Brasil, onde atua desde 1989. A Organização criou em 2011 um documento que estabelece orientações para a criação de abrigos capazes de suprir as necessidades dos animais, orientando desde o projeto do abrigo até o seu funcionamento no dia a dia e manutenção. Após uma avaliação deste documento, decidiu-se por sua utilização como referencial já que os parâmetros e diretrizes apresentadas foram considerados aplicáveis no Brasil.

Este documento traz cinco classes de necessidades básicas para se ter o mínimo de bem-estar de cães e gatos:

Quadro 3 - Parâmetros e diretrizes de acordo com a WSPA

1- Fisiológicas e sensoriais: Os animais devem ter a disposição água fresca e ração de boa qualidade, atendimento com médico veterinário, devem ter espaços específicos para lazer e exercícios e estímulos sensoriais.
2- Físicas e ambientais: Disponibilizar espaços amplos e separá-los por tipo de atividade, por exemplo: área de descanso, para dormir, para brincar, para eliminação de fezes/urina etc.;

3- Comportamentais: Os animais devem ter ambiente apropriado e a companhia de animais da mesma espécie para manter seu comportamento natural;
4- Sociais: Proporcionar atividades que ao mesmo tempo tenha companhia de pessoas e animais da mesma espécie. Exceto em casos que o animal deve permanecer separado de outros, para que consigam se socializar bem quando forem adotados;
5- Psicológicas e cognitivas: Deve-se estimular os animais com espaços sensoriais, atividades recreativas e exploratórias, para prevenir o tédio e emoções negativas, tendo ciência que os animais que vivem em abrigos são totalmente dependentes dos humanos, e é de responsabilidade do abrigo promover condições que irão satisfazer as necessidades básicas desses animais.

Fonte: WSPA, 2011.

O estabelecimento de políticas auxilia o funcionamento de sua organização, constituindo-se em padrões mínimos de ação que tornarão as rotinas mais eficientes no seu dia-a-dia. Elas também refletem os princípios básicos que sua organização considera como primordiais (FNDA, 2020).

3.1.2 Diretrizes para alojamentos

Os alojamentos para os animais devem ser pensados de modo a garantir seu bem-estar e prevenir doenças, estresse, fugas e brigas. Para isso é recomendado dois tipos de alojamentos: os individuais e os coletivos (WSPA, 2011).

Os cães, por terem o instinto de viverem em matilha, devem ficar em grupos pequenos de até quatro animais, diminuindo assim o risco de problemas. Já a maioria dos gatos preferem ficar sozinhos em uma instalação individual, tendo uma visão de outros animais quando desejar, com área para se esconderem, quando se sentirem ameaçados.

Quanto aos Canis individuais; deve-se dar preferência a mães com filhotes e/ou animais que não se adaptem bem com outros, animais machucados ou com doenças transmissíveis.

Cada cão deve dispor de um mínimo de 2 m² de área coberta para descanso e abrigo das intempéries. Essa área deve conter uma cama confortável e espaço para vasilhas com alimento e água limpa. A área coberta para descanso deve ser bem ventilada e iluminada. Além da área coberta, cada cão requer também um mínimo de 2,5 a 3,5 m² de área aberta para banho de sol e pequenos exercícios. A área coberta deve ter passagem permanente para a área descoberta. Os animais devem ter uma boa visão para fora dos canis (WSPA, 2011).

Já com relação aos Canis coletivos; seu espaço deve ser pensado para acolher um grupo de animais, separados por faixa etária, porte ou comportamento, além de conter espaços para dormir e se alimentar separadamente. O número de camas e de vasilhas para alimento e água deve corresponder ao número de animais alojados. Em canis coletivos deve-se utilizar a prática de esterilização de todos os animais ou a estrita separação por sexo.

Os gatis individuais, por sua vez, devem possuir espaço dos gatos separados das instalações dos cães. Gatis individuais devem alojar, preferencialmente, fêmeas prenhas ou com filhotes, animais feridos ou em tratamento e animais com doenças infectocontagiosas.

A área fechada mais a área aberta para banho de sol e exercício devem ter um mínimo de 2,2 m³, sendo a abertura voltada para frente. A parte fechada deve ter cama, prateleiras para subir e espaço para colocação de vasilhas com alimento e água, sendo construída de modo a evitar a entrada de sol, chuva e vento. Caixas de material lavável ou de papelão para se acomodarem ou se esconderem, podem ser dispostas sobre as prateleiras (WSPA, 2011).

Caixas ou bandejas plásticas, contendo serragem, areia ou jornal picado podem ser usadas para os gatos fazerem a deposição dos dejetos e devem ser colocadas distantes dos comedouros e bebedouros. A área fechada deve ter passagem permanente para a área aberta. Uma boa ventilação é essencial e, quando os gatis estiverem posicionados de frente um para o outro, devem ser separados por um mínimo de 2m para prevenir a disseminação de doenças (WSPA, 2011).

Com relação aos gatis coletivos, em tais espaços é necessária uma boa ventilação. Os gatos necessitam de acesso à área fechada, com espaço para vasilhas de alimento, água, cama, e acesso à área aberta. Também devem estar disponíveis nos gatis coletivos materiais como prateleiras, caixas para se acomodarem e bandejas higiênicas. O tamanho máximo de um grupo é de 50 animais, mas grupos menores são recomendados.

3.1.3 Instalações do abrigo

Os canis e gatis devem ser planejados de modo a se pensar nas necessidades dos animais, da equipe de trabalho e das pessoas que visitam o

abrigo, proporcionando conforto, segurança e proteção às intempéries (WSPA, 2011).

Quando se idealiza um projeto de um abrigo deve se tomar alguns cuidados, dentre eles, evitar a propagação de doenças. Para evitar o contágio, os novos resgatados devem ser alojados separadamente, em sala de quarentena, a qual deve estar distante das áreas comuns aos animais saudáveis. A área de quarentena também não deve ser acessível ao público (WSPA, 2011).

São necessárias também áreas próprias para realização do tratamento e a medicação dos animais e para o preparo de sua alimentação. Além de espaços amplos para recreação e exercícios dos animais também precisam estar incluídos no desenho da edificação de um abrigo. Animais mortos devem ser mantidos em local específico, contendo um freezer, até sua destinação final, conforme as normas sanitárias vigentes.

Os animais precisam de áreas de soltura, onde sozinhos ou reunidos, possam correr, brincar, interagir e se exercitar. Esse espaço auxilia consideravelmente a diminuir o stress, que pode porventura ocorrer devido ao cativeiro (ILM, 2020).

Segundo o FNDA (2020) a soltura deve ser realizada diariamente para atender às suas necessidades básicas. Cada cão deve ter a oportunidade de brincar e se exercitar, no mínimo, por dois períodos de meia hora ou por um período de uma hora.

3.2 Histórico

Neste capítulo será realizada uma contextualização histórica dos conceitos que deram origem a nomenclatura ONGs no contexto nacional. A definição dessa nomenclatura é bastante ampla, tendo em vista que essas instituições acabam sendo retratadas de modo genérico para denominar toda e qualquer associação civil sem fins lucrativos, porém esta sigla sofre adaptações culturais e geográficas, mas sem fugir da ideia central, oriunda da filantropia.

Um conceito fundamental para compreender o valor de justiça social que motivou a constituição das ONGs trata da filantropia. A filantropia, característica inerente às Organizações Não Governamentais, esteve presente em todas as sociedades das quais se tem conhecimento documentado. De origem grega, “philos”

significa “aquele que gosta de”, e “anthropos” homem, logo, o “amor ao homem” promoveu mobilizações das mais distintas possíveis em prol de causas individuais e coletivas que visassem à busca por mudanças sociais, políticas e econômicas.

3.2.1 World Animal Protection

No Brasil, *World Animal Protection* iniciou sua atuação em 1989, quando apoiou organizações do estado de Santa Catarina na luta contra a Farra do Boi e divulgou internacionalmente essa prática cruel.

Em 1995, a I Conferência Internacional Pet Respect, organizada pela World Animal Protection em São Paulo, foi outro importante marco na história da proteção animal no Brasil. Pela primeira vez no país foi discutida e divulgada a metodologia do controle humanitário de populações de cães e gatos, preconizada pela Organização Mundial de Saúde. Um dos frutos do projeto foi a implementação dessa nova metodologia, incluindo programa de esterilização e de educação em guarda responsável, pela Dra. Rita Garcia, no Centro de Controle de Zoonoses de Taboão da Serra (WORLD ANIMAL PROTECTION, 2019).

3.2.2 UIPA (União Internacional Protetora dos Animais)

Aos 30 de maio de 1895, constituiu-se a primeira Diretoria da UIPA, cujo presidente era Ignácio Wallace da Gama Cochrane, descendente de nobres ingleses, superintendente das Obras Públicas de São Paulo, Senador da República, fundador do Instituto Pasteur e da Companhia Telefônica de São Paulo.

Cochrane traçou um perfil jurídico, que logrou conservar até os dias atuais.

“Frequentes e repetidos são ainda, infelizmente, os maus-tratos, os atos de verdadeira crueldade infligidos aos animais... Por honra nossa, cumpre afirmá-lo, não tem cessado a imprensa local de clamar contra esses abusos, profligando-os com máxima energia. Promover, portanto, não só a decretação de outras leis e medidas complementares, mas auxiliar eficazmente o Poder Público para que, fiel e rigorosamente, sejam observadas e respeitadas as disposições legais, é uma necessidade que se impõe e que só, por meio da associação, interessando o maior número, poder-se-á conseguir” (UIPA, 2012, p. 15).

3.3 Abandono de cães e gatos

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que no Brasil existem mais de 30 milhões de animais abandonados, sendo que destes, 20 milhões são cachorros, enquanto 10 milhões são gatos. Nos grandes centros urbanos para

cada cinco habitantes existe um cachorro, dos quais, 10% estão abandonados, ver figura 1.

Para os proprietários pode ser muito difícil abandonar um animal, mas para o animal o abandono é só o começo de um caminho difícil, em que muitas vezes o final não é feliz, pois a adoção de animais de rua é de 38% para gatos e 45% para cachorros. Os restantes de cães e gatos continuaram abandonados, passando por necessidades nas ruas ou vivera o resto da vida em associações protetoras, onde o animal por ser confinado por tantos anos passa por extremo estresse por ser isolado. (CORONATO, 2016, p. 20).

Figura 1 – Animal abandonado



Fonte: <http://desabandone.com.br/>, 2019.

Os motivos que levam ao abandono são na maioria das vezes motivos fúteis, que poderiam ser evitados com pesquisas relacionadas aos cuidados dos futuros donos, necessidades e comportamentos antes de adquirir o animal (REVISTA FOLHA, 2007).

Muitos animais são adquiridos por impulsos motivados por questões superficiais e dessa forma ninguém busca compreender as reais necessidades dos animais. Tais obtenções são, com frequência, seguidas de abandono, negligência ou maus-tratos, quando o animal cresce e o ser humano não sabe como lidar com as necessidades e com o comportamento natural do animal.

Além disso, o animal tem o seu bem-estar comprometido por tentativas de adequação às necessidades humanas, como por exemplo, amputações de orelhas e caudas, colares de choque e até mesmo operações mutilantes, como a retirada das cordas vocais (ARMSTRONG; BOTZLER, 2008.).

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos em 12 abrigos, apresentada na Revista veterinária “*Journal of Applied Animal Welfare Science*”, exemplifica os

principais motivos alegados para o abandono de cães e gatos conforme quadro abaixo (REVISTA FOLHA, 2007).

Quadro 4 - Abando de Cães

18,5%	Suja a casa
12,6%	Destrutivo fora de casa
12,1%	Agressivos com pessoas
11,6%	Tem o vício de fugir de casa
11,4%	Ativo demais
10,9%	Requer muita atenção
10,7%	Late ou uiva muito
9,7%	Morde
20,0%	Destrutivo dentro de casa
9,0%	Desobediente

Fonte: Revista Folha, 2007

Quadro 5 - Abandono de Gatos

37,7%	Suja a casa
11,4%	Destrutivo fora de casa
16,9%	Agressivo com as pessoas
8,0%	Não se adapta com outros animais
9,0%	Morde
6,9%	Requer muita atenção
14,6%	Destrutivo dentro de casa
4,6%	Eutanásia por motivos de comportamentos
6,9%	Não amistoso
4,6%	Ativo demais

Fonte: Revista Folha, 2007

O abandono de animais ocasiona diversos problemas. Por viverem em más condições geralmente são muito debilitados (ver figura 2), o que compromete todo o organismo do animal, estando mais propensos a contrair doenças, nas quais podem ser transmiti-las ao ser humano, além dos problemas de agressividade e ataques a população e a reprodução sem controle que agrava ainda mais a situação.

Figura 2 - Cachorro abandonado e ferido



Fonte: <http://bestofweb.com.br/>, 2019.

Diante disso, fica evidente que soluções para minimizar tal questão devem ser tomadas. O primeiro passo seria a conscientização da população sobre a posse responsável, políticas governamentais, que compreendam a castração como medida para o controle populacional de cães e gatos, isso diminuiria significativamente o abandono e a reprodução descontrolada nas ruas, bem como a transmissão de zoonoses.

3.3.1 Abandono na cidade de Palmas

Os animais hoje encontrados nas ruas provavelmente nasceram com um lar, mas acabaram sendo abandonados (CARCERES, 2004). O abandono desses animais nas ruas é uma preocupação de toda população, porém as medidas tomadas para conter esse crescimento desgovernado ainda são ineficazes, uma vez que o crescimento populacional é maior que as taxas de controle. (PARANHOS, 1996).

Em Palmas são comuns casos de abandono e maus-tratos de animais. No ano de 2019, por exemplo um animal foi resgatado após ficar dias amarrado em uma janela. Em outro caso, os donos de um cachorro se mudaram de residência e abandonaram o bicho com suspeita de Leishmaniose (G1 TOCANTINS, 2019).

Figura 3 - Cão resgatado em situação de maus tratos



Fonte: G1 Tocantins, 2018.

Ainda sobre a matéria publicada no portal do G1 Tocantins, foi aprovada uma legislação que trata sobre maus-tratos contra animais pela Câmara de Vereadores e sancionada pela prefeita Cinthia Ribeiro (PSDB). A lei foi publicada no Diário Oficial desta terça-feira (11) de 2018 e estabelece como pena a perda da guarda do animal.

O texto proíbe quaisquer atos de abuso, maus-tratos e crueldade. “Define-se como maus-tratos e crueldade contra animais as ações diretas ou indiretas, capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte” (PL nº 2.468, 2018).

Dessa maneira, ficam proibidos no município de Palmas-TO, sobe multa e até apreensão:

- Abandonar animais em vias públicas ou em residências em caso de mudança;
- Agressões diretas ou indiretas de qualquer tipo;
- Privar o animal de alimento e água;
- Isolar, acorrentar;
- Fazer uso de cadeado para o fechamento da coleira.

A nova legislação também estabelece que os animais devem permanecer em locais com dimensões apropriadas, de acordo com a necessidade e tamanho do animal. O ambiente deve ter incidência de sol, luz, sombra e ventilação.

A educação desenvolve um papel importantíssimo na conscientização da população quanto à causa de abandono e maltrato de animais (ORESCO, et al., 2012). Com isso, questões de guarda e posse responsável tornam-se elementos fundamentais (OZÓRIO, 2013).

3.4 Homem e o animal doméstico

No Brasil, 44,3% dos 65 milhões de domicílios possuem pelo menos um cachorro e 17,7% ao menos um gato, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Atualmente, há no total 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos no País.

O homem começou a se relacionar com os animais domésticos muito mais por uma questão emocional. A convivência com animais fornece ao homem a busca por sua própria identidade, conhecer seus desejos e a definir seus princípios. Algumas pesquisas realizadas recentemente, mostraram que essa relação tem um resultado significativo na melhora psicológica e emocional das pessoas.

Os próprios proprietários de cães e gatos afirmaram que houve uma melhora na qualidade de vida após adotarem essa rotina de convivência, sendo minimizado o stress causado por problemas diários, melhorando também o convívio entre eles, além de elevar o sentimento de compaixão com relação ao convívio social (ALMEIDA et al, 2009).

Ter um cachorro ou um gato de estimação em casa é ter a garantia de um afeto grandioso que remete aos seres humanos um lugar mais seguro, afinal, eles oferecem uma segurança inexistente em seu mundo. Assim é que, ao mesmo tempo em que se processaria uma “humanização” dos animais de companhia, reconhece-se neles um elemento que não existe no mundo humano.

Sendo por isso, principalmente, que se deseja que eles convivam com intimidade no espaço doméstico. Esse elemento do mundo animal elegido pelos donos que têm animais de companhia é a incondicionalidade do amor, inexistente no “mundo humano”, cheio de fissuras, fraturas, mundo em que há o torto (ONZI; PASTORI, 2012).

A “paixão animalitária” de destacou, apenas em um “remédio contra a solidão”. Não é a simples companhia que chama a atenção, mas a inserção dos animais como membros da família. Comentamos anteriormente que algumas das transformações contemporâneas relativas ao estatuto do animal de estimação é esta presença cada vez mais constante no interior das famílias humanas. Este processo pode ser designado como “filhotização”, como sugere Ingold (2000), e mesmo como conformando a “família multiespecífica”, tal como designam Faraco e Seminott (2004) (ONZI; PASTORI, 2012, p.118).

O termo “multiespécie” foi introduzida por Faraco e Seminott (2004) e significa um grupo constituído por pessoas com animais, no seu cotidiano. De forma simples definimos a família multiespécie como o grupo familiar que é constituído por pessoas e seus animais. O vínculo entre eles seria constituído pelas emoções, o que contribuiria para a afirmação de que as relações entre pessoas e cães sejam relações amorosas (FARACO; SEMINOTTI, 2006).

3.4.1 Benefícios do animal e qualidade de vida

Na década de noventa, surge o termo Terapia Assistida por Animais (TAA), utilizado até hoje. A TAA é realizada por profissionais capacitados da área da saúde, que utilizam animais como ferramenta terapêutica, com o objetivo de desenvolver e melhorar as condições físicas, sociais, emocionais e cognitivas de pessoas. Existe também a Atividade Assistida por Animais (AAA) que são visitas do animal que ocorrem de forma esporádica e possuem o objetivo de entretenimento e recreação (DOTTI, 2005).

Na cidade de Joinville, existe um projeto no Hospital Infantil Dr. Jesser Amarante Faria que utiliza uma cadela da raça Golden Retriever para realização de terapia em crianças e adolescentes internados. Ela possui as vacinas em dia e antes de ir ao hospital, passa por uma higienização para evitar contaminação (HOSPITAL INFANTIL DR. JESER AMARANTE FARIA, 2014).

É evidente a importância dos animais nos mais variados aspectos da vida: afetividade, companhia, saúde, bem-estar, segurança, equilíbrio ecológico, entre outros. Todos os dias são descobertas novas possibilidades de uso das capacidades dos animais: em abril de 2014, foi exibida uma reportagem sobre a “pet terapia, que ganha cada vez mais espaço em hospitais e clínicas de saúde”, depois de comprovado que “a interação com animais auxilia na recuperação de pacientes em tratamento e idosos que vivem em casas de repouso” (REDE RECORD, 2014, p 01).

Geralmente as atividades assistidas por animais são feitas em lares de idosos e em hospitais ou clínicas nas alas onde crianças estão internadas. Já foi comprovado cientificamente que o contato físico com animais, aumenta a produção do hormônio da felicidade e conseqüentemente a uma gradativa melhora no quadro clínico.

3.4.2 Zoonoses

A definição de saúde pública vigente estabelecida pela Organização Mundial de Saúde em 1973 diz que: “A saúde pública implica em todas as atividades relacionadas com a saúde e enfermidade de uma população, o estado sanitário e ecológico em torno da vida” (OMS, 2019, p 01).

O termo “Saúde Pública Veterinária” foi empregado pela primeira vez em 1946, pela OMS, para determinar um marco programático que abrange todas as atividades de saúde pública que têm relação com a medicina veterinária no contexto da proteção e melhoria da saúde humana. Tradicionalmente, a intervenção da medicina veterinária na saúde pública foi limitada às enfermidades transmissíveis ao homem a partir de alimentos de origem animal, ou seja, à higiene alimentar. No entanto, ao longo das últimas décadas, acontecimentos mundiais como epidemias de origem desconhecida, enfermidades zoonóticas ou outras que afetam diretamente a produção de origem animal, levaram a repercussões econômicas como perdas de mercado e da confiança do consumidor, evidenciando a necessidade da participação mais direta da medicina veterinária na saúde pública (SANTOS, 2006, p. 18).

O Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), órgão da Fundação Municipal de Saúde, não se responsabiliza pelos animais, mas pelas doenças que eles podem transmitir para os seres humanos como: Leptospirose, Doença de Chagas, Febre Maculosa, Raiva, Dengue entre tantas outras que podem levar as pessoas à morte.

Isso não quer dizer que o CCZ seja insensível aos animais; pelo contrário. Através de palestras e em sua página na internet constantemente são passadas informações importantes sobre Posse Responsável e dicas necessárias para que eles tenham boa saúde e os pets estejam por muito tempo ao lado de seus donos (CCZ, RIO CLARO, 2019).

3.5 ONG's e proteção animal

A abordagem da temática de proteção animal por parte das ONGs no Brasil deve ser precedida pela contextualização jurídica dos atores legalmente envolvidos e seus respectivos deveres. Sendo assim,

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º- para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (CF, 1988).

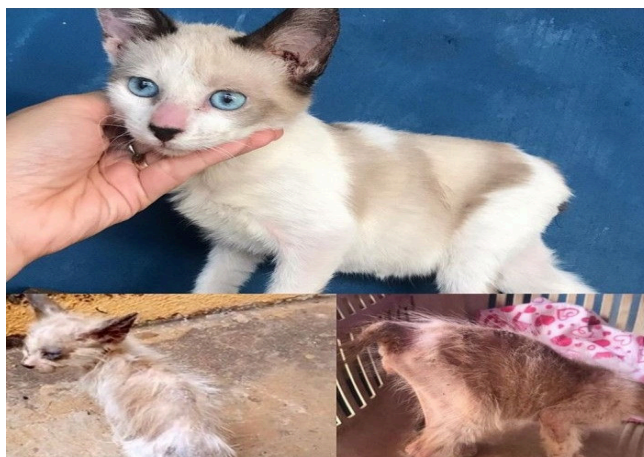
A respeito das medidas específicas a serem tomadas para controle populacional e para evitar o abandono, a OMS também dispôs nesse informe as seguintes ações:

[...] “controle da população através da esterilização; b) promoção de uma alta cobertura vacinal; c) incentivo uma educação ambiental voltada para a guarda responsável; d) elaboração e efetiva implementação de legislação específica; e) controle do comércio de animais; f) identificação e registro dos animais; g) recolhimento seletivo dos animais em situação de rua”. (SOUZA, 2014, p. 114).

Assim, com base nas informações contidas nas páginas em redes sociais das ONGs: Ausemiaus (2015), Adota Palmas (2015), Resgata Palmas (2015), foi possível realizar as constatações e interpretações pessoais descritas a seguir:

Essas organizações se dedicam primordialmente a três frentes de atuação. A primeiro refere-se ao recolhimento de animais feridos ou em situação de risco nas ruas ou com tutores que não queiram mais se responsabilizar pelo animal, o tratamento veterinário e medicamentoso, se necessário, o provimento de um lar temporário e as ações que se destinam a adoção responsável, como exemplificado na figura 4.

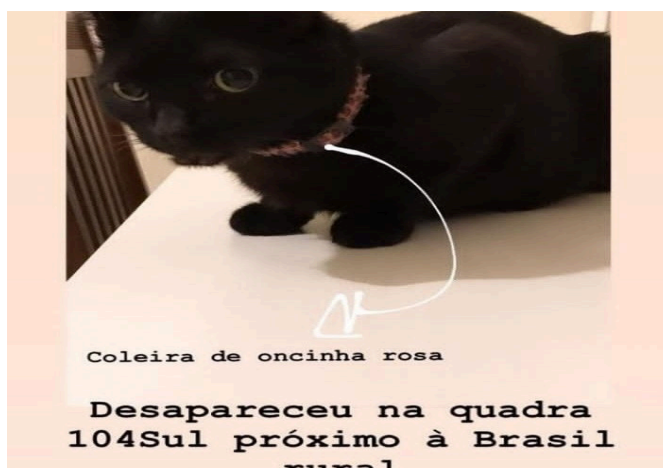
Figura 4 - Antes e depois do resgate.



Fonte: MarycatsPalmas, 2019.

A segunda frente trata do auxílio a tutores cujos animais domésticos fugiram, atuando através da divulgação do caso em suas redes sociais (ver figura 5). A terceira frente é a divulgação de campanhas de conscientização quanto a adoção responsável, cuidados para com os animais, campanhas de castração, vacinação e contra os maus tratos, figura 6.

Figura 5 - Divulgação de desaparecimento



Fonte: MarycatsPalmas, 2019.

O processo de recolhimento e tratamento de animais machucados é extremamente custoso e por muitas vezes, as organizações não conseguem atender toda a demanda. Mesmo com a colaboração de médicos veterinários que realizam os procedimentos por preços mais acessíveis ou até mesmo gratuitos, as ONGs de pequeno porte dependem exclusivamente das contribuições da sociedade para continuarem sua atividade e essa dependência de recursos financeiros torna praticamente impossível realizar planejamentos de médio e longo prazo, o que representa uma das barreiras enfrentadas por essas organizações.

Figura 6 - Pedido de doações.



Fonte: AdotaPalmas, 2019.

A maioria não apresenta espaços físicos para oferecer lar temporário aos animais e, por esse motivo, contam com o apoio dos seguidores das redes sociais e

de apoiadores da causa que se sensibilizam e se responsabilizam pelos cuidados dos cães e gatos até a posterior adoção deles. Como conseguir um lar temporário é tanto quanto difícil por vários motivos, isso limita os recolhimentos.

Quanto aos recursos financeiros, esses são compostos por: doação direta de medicamentos, vitaminas, leites especiais, rações ou pagamento direto dos tratamentos, ou através de depósitos bancários sem fim específico, venda de camisetas, venda de rifas, bazar e eventos especiais.

Assim que as ONGs alcançam muita transparência em suas práticas conseguem pleitear pelo título de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, cuja finalidade é:

“[...] facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda”. (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014, p. 10).

Um exemplo de ONG que recebeu essa qualificação foi a Ampara Animal. Através desse novo título conseguiram recursos destinados a adaptação de “um micro-ônibus num ambulatório-móvel, para atender animais de comunidades carentes do nosso país” (AMPARA ANIMAL, 2015, p. 3).

A Associação Protetora dos Animais Abrigo Flora e Fauna foi fundada em 26 de maio de 2005, por Orcileni Arruda de Carvalho. O Abrigo acolhe cães e gatos em situação de risco de morte, vítimas de abandono e maus-tratos. Atualmente, vivem no abrigo aproximadamente 700 animais, cerca de 500 cães e 200 gatos.

O Abrigo Flora e Fauna é uma instituição sem fins lucrativos, que não recebe ajuda do Governo e nem de empresas privadas, se mantêm exclusivamente através de doações e de trabalho voluntário. Quando os animais chegam recebem amor, cuidados, e posteriormente são encaminhados à adoção castrados e vacinados. (ABRIGO FAUNA E FLORA, 2019).

A maioria das associações e ONG's protetoras de animais se mantem exclusivamente de doações, sejam elas diretas ou indiretas, ainda fazem uso de outros meios para conseguir adquirir fundos, como bazares, rifas e outros eventos.

O trabalho dessas pessoas com certeza não é descomplicado, pois a sociedade ainda acredita que pelo fato de se importarem com a vida animal, são obrigados a receber e cuidar de todos os animais abandonados. Tratam os abrigos e associações como se fosse um depósito de cães e gatos.

Martina Campos, responsável pela ONG Abrigo de São Francisco, afirma que a grande maioria das organizações não informa o CNPJ de forma clara e se apresenta apenas em redes sociais, com poucas informações disponíveis. “Existem ONGs que se intitulam assim, mas são grupos de protetores”, diz. (G1 SÃO PAULO, 2019).

Isso acontece corriqueiramente, em Palmas nenhuma associação que tenha abrigo, não revela sua localização, justamente para que animais não sejam abandonados aos montes em sua porta. Mariana protetora independente, teve essa triste experiência que foi relatada através de entrevista:

[...] “uma adotante me ligou e disse que seu cachorro estava com calazar e queria que eu fosse buscá-lo para fazer o tratamento porque ela não tinha condições de arcar com os custos. E falou que quando ele estivesse melhor o pegaria de volta” (G1 SÃO PAULO, 2019).

Algumas pessoas ainda não compreendem que são responsáveis pelos animais que assumem. E que a partir da adoção são seus tutores e devem se responsabilizar por toda a vida do animal para garantir que ele tenha seus direitos assistidos.

[...] “uma vez deixaram um poodle doente amarrado no portão de casa com um bilhete que dizia para a gente cuidar dele e, quando ele estivesse bom, a pessoa vinha buscar. Nem teve muito o que fazer, ele estava com cinomose em fase terminal”, diz Sebastião Prado, da ONG Amigos de São Francisco (G1 SÃO PAULO, 2019).

3.6 Direito dos animais

3.6.1 Proteção animal

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) - norma fundamental e norteadora das ações governamentais - traz dizeres relacionados à proteção ambiental, de forma a assegurar a existência de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O artigo 255 da CF/88 dispõe que,

[...] “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Internacionalmente, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais foi proclamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) 1978, seu artigo 1º diz que: “todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência”, o artigo 3º: “Nenhum animal será submetido a maus-tratos e a atos cruéis”.

A redação dessa Declaração evidencia diversos direitos aos animais, e reconhece que todos os animais possuem direitos e que o desconhecimento e o desprezo desses direitos têm levado e continuam a levar o homem a cometer crimes contra os animais e contra a natureza.

3.6.2 Guarda responsável e tutoria

O tutor de um animal possui deveres e responsabilidades. Com um olhar humano percebemos que os animais também possuem direitos e não são objetos de um meio, por isso utiliza-se o termo “tutor” e não proprietário. Quando se fala em guarda responsável, compreende-se o dever do tutor de um animal em protegê-lo, proporcionando uma vida digna e saudável.

Quando se adota um animal é necessário ter consciência de que estamos lidando com uma vida, um animal exige muito cuidado e atenção, é necessário um local adequado para que ele possa viver, com água e alimentação de boa qualidade, cuidados médicos, higienização, e tantos outros cuidados para que o animal se sinta amado e respeitado.

Com a adoção e guarda responsável, a sociedade contribui para que animais abandonados possam ter um lar e, conseqüentemente, proporciona uma vida melhor aos animais, com condições dignas (COMISSÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS DA OAB/TO, 2019)

3.6.3 Maus tratos aos animais

Atualmente, o crime de maus-tratos aos animais está tipificado na Lei nº 9.605/ 1988 em seu artigo 32, in verbis:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Em 11 de dezembro de 2018, o Projeto de Lei do Senado nº 470/2018 de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e Eunício Oliveira (MDB/CE) foi aprovado na Casa Iniciadora para alterar a Lei nº 9.605/1998 para elevar a pena de maus-tratos e estabelecer punição financeira para estabelecimentos comerciais que concorrerem para esta prática. Ao texto inicial foram acrescentadas duas emendas.

Após a modificação, a pena é detenção de um a quatro anos de multa. Os estabelecimentos comerciais que de forma direta ou indireta estiverem ligados a atos de maus tratos também serão penalizados com um a mil salários mínimos.

O artigo 164 do Código Penal, prevê o crime de abandono de animais para aqueles que introduzirem ou deixarem animais em propriedade alheia, sem consentimento de quem de direito, desde que o fato resulte prejuízo. A pena é de 15 dias a 6 meses ou multa.

3.7 Leis e normas pertinentes

3.7.1 Código de Obras e Edificações do Município de Palmas

Determina que as diretrizes e procedimentos administrativos sejam obedecidos de acordo com o Plano Diretor Participativo de Palmas, Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007. O código aplica-se a toda construção, modificação, acréscimo ou demolição de edifícios realizadas na área do município, por qualquer proprietário (PREFEITURA DE PALMAS, 2007).

O objetivo desta lei é disciplinar a aprovação, a construção e a fiscalização e disponibilizar as mínimas condições de segurança, conforto e higiene dos usuários e cidadãos. O código se manterá permanentemente ligado ao plano diretor de palmas.

O artigo 45 garante que todo ambiente, independentemente de sua utilização, deverá dispor de aberturas para logradouros ou espaços no próprio lote (PREFEITURA DE PALMAS, 2007).

3.7.2 RDC 050 - Infraestrutura de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde

A norma RDC 050 estabelece diretrizes e regulamentações para o planejamento, programação e elaboração de projetos de estabelecimentos assistenciais a saúde (RDC 50, 2002).

Nesse projeto a norma é utilizada como base para o planejamento dos ambientes ligados à área da saúde, como centro cirúrgico, consultório entre outros. É importante esclarecer que por se tratar de um estabelecimento veterinário pode ser que venha sofrer adaptações. Pois as diretrizes terão que se adaptar as necessidades dos animais.

As diretrizes referentes ao atendimento ambulatorial, são especificadas da seguinte forma:

- Sala de curativos/suturas devem possuir no mínimo 9,0m² e instalação de água fria;
- Consultório veterinário deverá ter área mínima de 7,5m² e instalação de água fria.

As diretrizes do Centro cirúrgico, são especificadas da seguinte forma:

- Sala de guarda e preparo anestésico deve ter dimensão mínima de 4m² e instalações de água fria e ar comprimido medicinal;
- Sala de cirurgia média, deve ter área mínima de 25m² e dimensão mínima de 4,65m, sendo necessárias instalações de oxigênio, óxido nitroso, ar comprimido medicinal, vácuo clínico, ar condicionado, instalação elétrica de emergência e instalação elétrica diferenciada e exaustão.

As diretrizes de apoio técnico, são especificadas da seguinte forma:

- Central de material esterilizado, com sala de lavagem e descontaminação com dimensão mínima de 4,8m², com instalações de água fria e água quente;
- Sala de esterilização/estocagem de material esterilizado com dimensão mínima de 4,8m², com instalações de água fria e exaustão.

As diretrizes ligadas a limpeza e zeladoria, são especificadas da seguinte forma:

- Depósito de material de limpeza com tanque (DML), com área mínima de 2,0m² e dimensão mínima de 1,0m, com instalação de água fria;
- Abrigo de resíduos de lixo, com depósito com no mínimo dois boxes de resíduos biológicos e comum e um depósito de resíduos químicos, devendo conter instalação de água fria;

- Sala de armazenamento temporário de resíduos, com dimensão suficiente para a guarda de dois recipientes coletores, devendo conter instalação de água fria (RDC 50, 2002).

A RDC 50 também estabelece diretrizes para os acabamentos, especificando o uso de materiais adequados para revestimentos de parede, pisos, tetos e áreas críticas e semicríticas. Os materiais devem ser resistentes à lavagem e ao uso de produtos de limpeza.

No teto de áreas críticas, é proibido o uso de forros falsos removíveis, para que não interfira na assepsia do ambiente, sendo também proibido o uso de divisórias removíveis nestas áreas, podendo ser usada paredes pré-fabricadas, desde que não possuam ranhuras e nem perfis estruturais aparentes (RDC 50, 2002).

3.7.3 NBR 9050 2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

A NBR 9050 2015 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Sendo indispensável o seu cumprimento para melhor atender ao usuário. As análises que serão feitas ressaltam apenas os pontos que serão relevantes para o projeto em questão (NBR 9050, 2015).

As áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo devem possuir uma ou mais rotas acessíveis, que tenha um trajeto contínuo, livre de obstáculos e sinalizado, que faz ligação entre os ambientes externos e internos de espaços e edificações, dessa forma podendo ser utilizada de forma independente e segura por todas as pessoas.

As rotas acessíveis devem possuir iluminação natural ou artificial, ter revestimentos e acabamentos com superfície regular, firme, estável e não trepidante, e respeitar a inclinação de até 2% para áreas internas e até 3% para pisos externos (NBR 9050, 2015)

3.7.4 NBR 9077 2001 - Saída de emergência em edifícios

A norma NBR 9077 2001 visa atribuir condições básicas na edificação, a fim de que os usuários possam abandoná-las em segurança em caso de incêndio ou pânico e permitir fácil acesso de auxílio externo para o combate ao fogo e a retirada dos usuários. As análises que serão feitas apontam apenas os pontos que serão relevantes para o projeto em questão.

São consideradas saídas de emergências os acessos ou rotas de saídas horizontais que levam ao espaço livre exterior nas edificações térreas, estas são dimensionadas em função da população, sendo a largura mínima de 1,10m e pé direito mínimo de 2,50m. O número mínimo de saídas deve ser calculado de acordo com as dimensões em planta, altura e ocupação da edificação (NBR 9077, 2001).

Os acessos devem permitir o fácil escoamento dos usuários, serem devidamente sinalizados e iluminados com indicação clara de saídas, permanecerem livres de quaisquer obstáculos, ter largura mínima de acordo com o valor determinado para as saídas de emergência, sendo a largura mínima de 1,10m, e pé direito mínimo de 2,50m com exceção de obstáculos como vigas e vergas de portas, sendo nesse caso o pé direito mínimo de 2,10m (NBR 9050, 2015).

3.7.5 Lei nº 386 de 17 de fevereiro de 1993.

Art. 42º Para Área de Comércio e Serviço Urbano serão observados quanto ao afastamento os seguintes casos:

- II - Conjunto 02:
- a) Subsolo:
 - Frente-nulo
 - Fundo-nulo
 - Lateral – nulo

4 ESTUDOS DE CASO

4.1 *Palm Springs – Animal Care Facility, EUA*

Edificado em Palm Springs, Estados Unidos, diante da necessidade de um novo abrigo para a cidade, mas com o impedimento da redução de cortes de gastos da prefeitura para melhorias públicas, a construção do abrigo foi financiada pelas ONGs e a população (ARCHDAILY, 2012).

Por ter sido uma obra totalmente dependente de doações, o projeto foi feito de modo que pudesse ser executado em etapas para futuras expansões e utilizando conceitos bioclimáticos para melhorar a eficiência energética do edifício e diminuir os impactos ambientais, ver figura 7 (ARCHDAILY, 2012).

Figura 7 - Fachada do *Palm Springs - animal care facility*



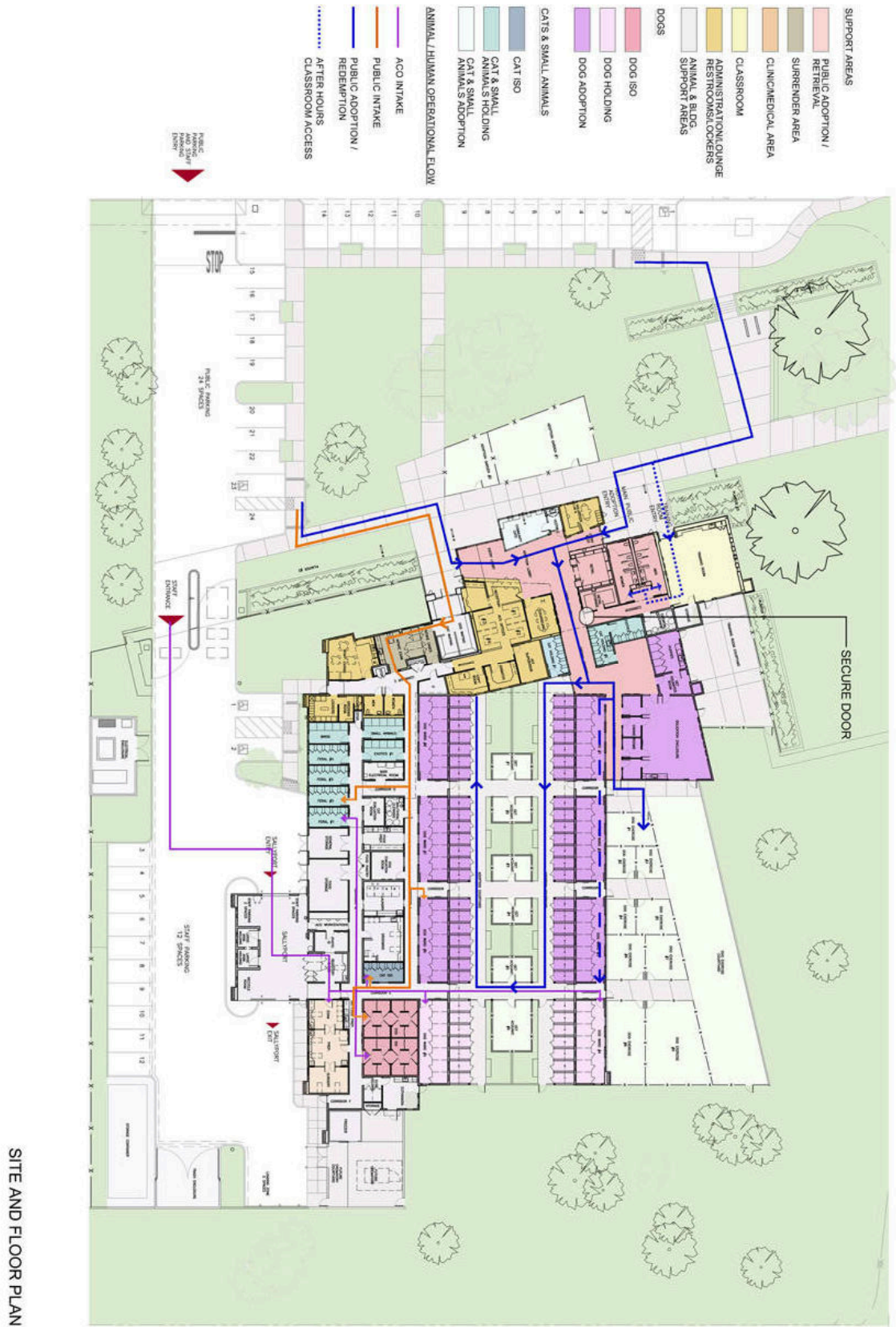
Fonte: Archdaily, 2012.

Localizado em frente a um parque bastante frequentado pela população o edifício possui uma volumetria que faz menção às construções locais. A edificação possui um sistema de conservação de água, para ser reutilizada em lavagens de canis e irrigação. O abrigo possui três entradas públicas principais, sendo elas para adoção, para admissão de animais perdidos e abandonados e para acesso ao centro de educação à população, como pode ser observado na figura 8 (ARCHDAILY, 2012).

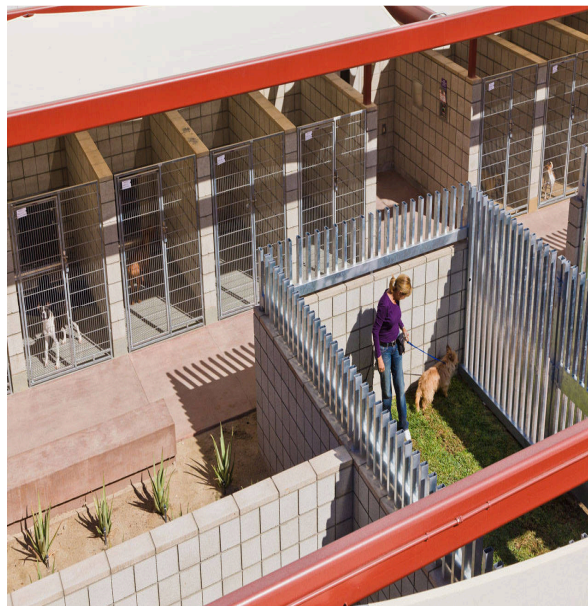
O sistema de três diferentes entradas é bem acertado, pois cada entrada leva o visitante para alas diferentes, fazendo com o que fluxo de pessoas não seja intenso e não há a necessidade de passar em vários ambientes para se chegar ao local desejado.

A edificação foi construída utilizando materiais como aço, pilares e postes de metal com vedação em gesso de cimento, na área dos animais foram escolhidos materiais com longo prazo de durabilidade, devido a constante limpeza das unidades e aos prováveis danos provocados pelos animais, ver figuras 9 e 10 (ARCHDAILY,2012).

Figura 8 - Planta baixa do Palm Springs



Fonte: Archdaily, 2012.

Figura 9 - Canis individuais**Figura 10 - Áreas de banho de sol**

Fonte: Archdaily, 2012.

Esse projeto se destaca pelas medidas tomadas para que fosse possível a sua construção e subsistência a partir do apoio das ONG's e comunidade, ressaltando a sua construção de forma a possibilitar ampliações e o aproveitamento de recursos, como a água da lavagem de canis e a energia solar (ARCHDAILY, 2012).

Figura 11 - Gatil coletivo**Figura 12 - Gatil Individual**

Fonte: Archdaily, 2012.

Observa-se que o gatil possui várias aberturas de variados tamanhos e formas, para que os gatos tenham acesso a área externa da edificação estando

protegidos. As janelas também servem como prateleiras, onde dormem ou usam para se exercitar, ver figuras 11 e 12.

4.2 Abrigo Piccolina, São Paulo

O Abrigo localiza-se em um bairro da cidade próximo ao centro. O lote irregular é delimitado por duas vias sendo uma via local e a outra é coletora. O terreno conta com aproximadamente 17.000m², sendo que, torno de 15.000m² é destinado ao gramado e 1.800m² de edificação divididos em três blocos térreos.

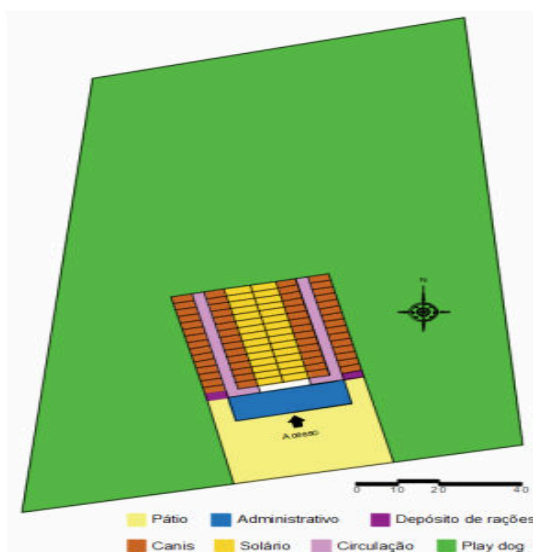
Figura 13 - Abrigo Piccolina, Fachada



Fonte: Google Street View, 2019.

O programa de necessidades foi dividido em três blocos térreos interligados entre si. O bloco que compreende toda a parte administrativa do abrigo fica paralelo à fachada principal. Nos outros dois blocos paralelos entre si e perpendiculares ao Bloco administrativo, localizam-se os 60 canis que abrigam em torno de 300 animais.

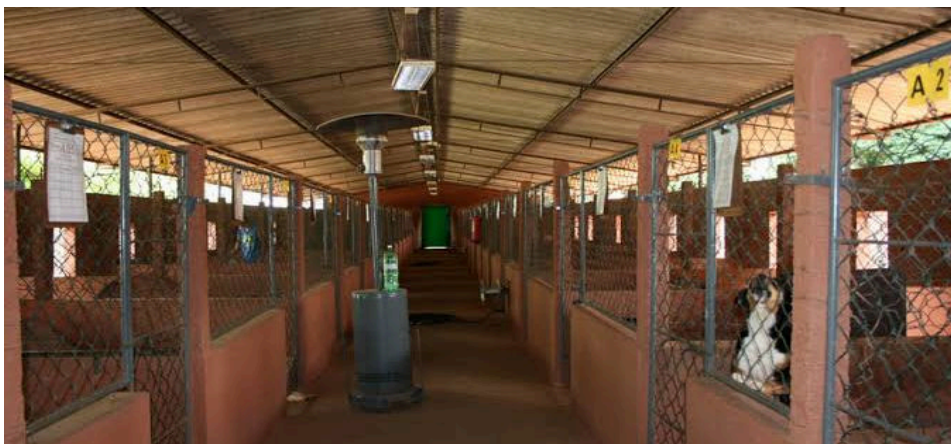
Figura 14 - Planta Baixa



Fonte: Marquetti, 2017.

Esses blocos possuem ligação visual por meio de um pátio interno onde se desenvolve o solário. Observa-se a existência de vegetação nas fachadas externas leste e oeste dos canis e em todo o perímetro do lote, protegendo da insolação direta e funcionando como uma barreira visual e acústica.

Figura 15 - Interior do canil.



Fonte: Google, 2019.

A estrutura da edificação é de concreto armado, constituindo de certa forma uma malha estrutural. O fechamento externo e as divisórias internas são de alvenaria. As esquadrias externas são metálicas. A cobertura de estrutura metálica com telhas de fibrocimento é desprendida das paredes externas formando uma espécie de lanternim, que ajuda na renovação do ar e controle térmico do ambiente, ver figuras 15 e 16.

Figura 16 - Solário dos canis individuais.

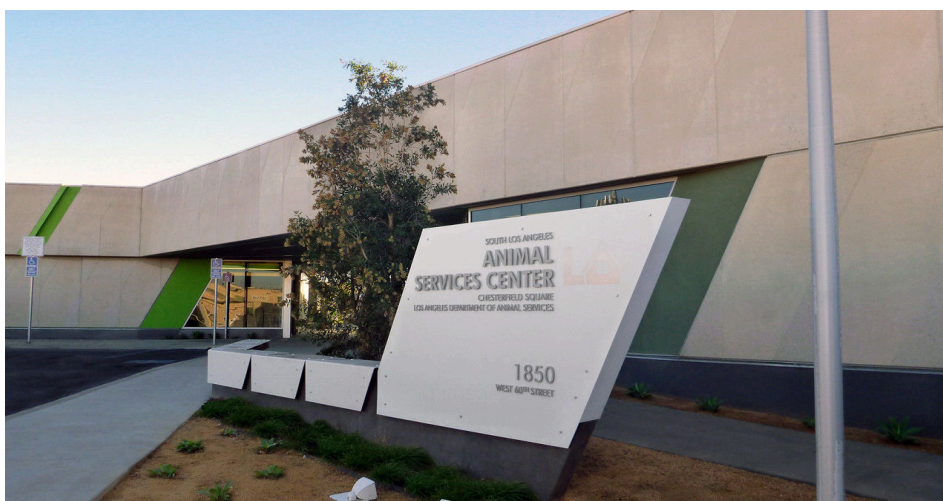


Fonte: Google, 2019

4.3 South Los Angeles – Animal Care Center, EUA

Localizado em uma área industrial, cercada por zonas residenciais e perto de avenidas movimentadas, o prédio foi situado estrategicamente para se tornar visível, com uma fachada com cores vivas e com árvores pela calçada criando um refúgio para a comunidade que é sempre bem-vinda (ARCHDAILY, 2013).

Figura 17 - Fachada South Los Angeles - Animal Care Center.



Fonte: Archdaily,2013.

O prédio é dividido em duas partes criando um corredor central, que conecta o estacionamento público à área do canil ao ar livre. Do corredor as pessoas podem ver os animais para adoção, figura 18. A Galeria estende-se formando um caminho ajardinado projetado para acomodar muitas pessoas (ARCHDAILY, 2013).

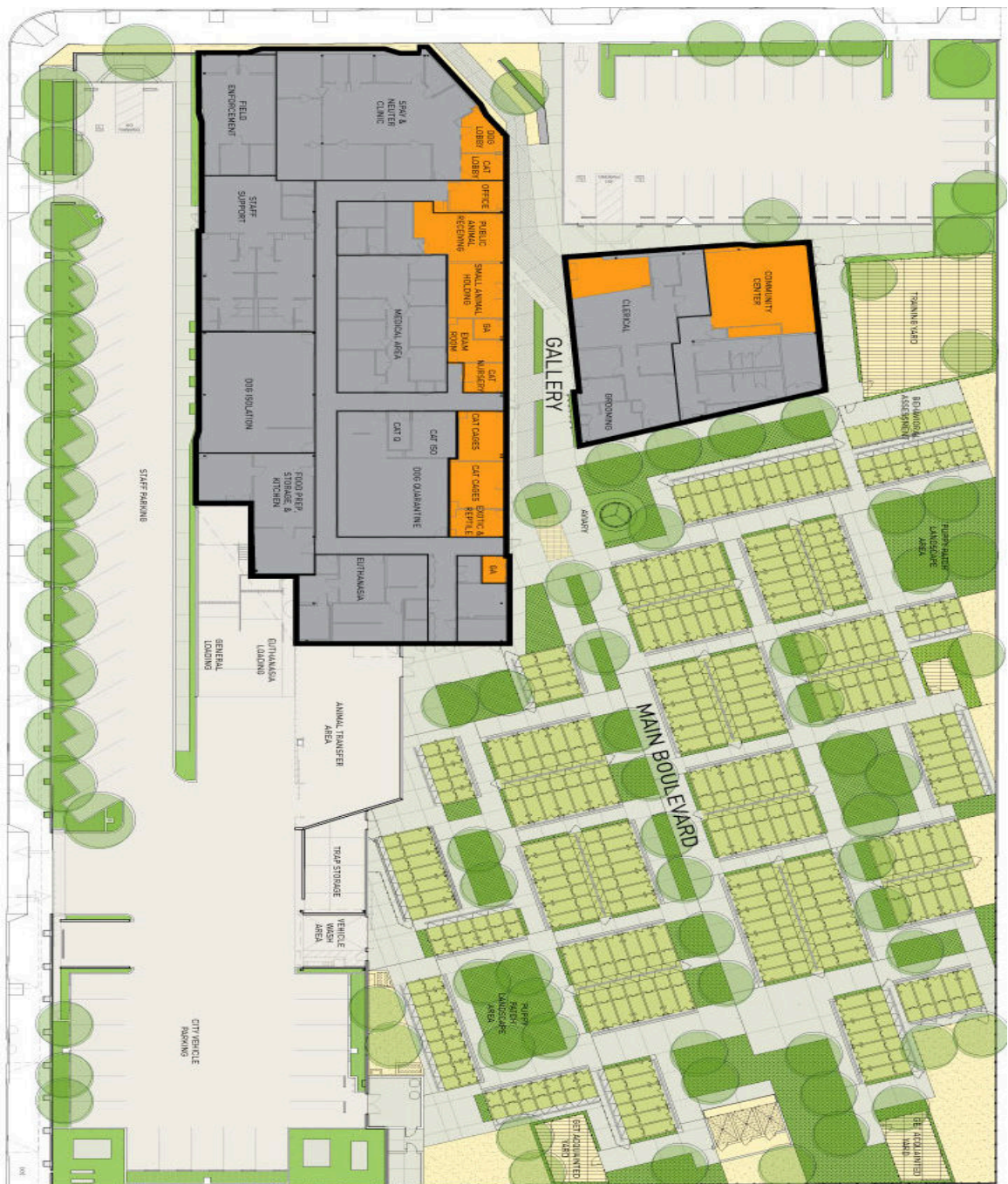
Figura 18 - Entrada - South Los Angeles



Fonte: Archdaily,2013.

Os canis foram projetados evitando que ficassem de frente um para o outro, para assim diminuir o nível de ruídos e latidos. Estão orientados para um minijardim ou paredes revestidas com vegetação, proporcionando sombreamento e diminuindo a propagação de ruídos, conforme figura 19. Dessa forma, as pessoas são estimuladas a ficarem mais tempo nos jardins do canil, promovendo maior interação entre os animais e aumentando as chances de adoção (ARCHDAILY, 2013).

Figura 19 - Implantação - South Los Angeles



Fonte: Archdaily,2013.

Foram tomadas diversas medidas para que o edifício recebesse classificação LEED Silver, como um eficiente estudo da iluminação, controle de temperatura e qualidade ambiental. Optou-se por materiais de conteúdo reciclado e disponíveis na própria região, e as plantas para o paisagismo são de fácil cuidado e baixo consumo de água, ver figuras 20 e 21 (ARCHDAILY, 2013).

Figura 20 - Jardim dos Canis - South Los Angeles.



Figura 21 - Jardim dos Canis - South Los Angeles.



Fonte: Archdaily,2013.

5 CONDICIONANTES DO TERRENO

5.1 Situação do terreno

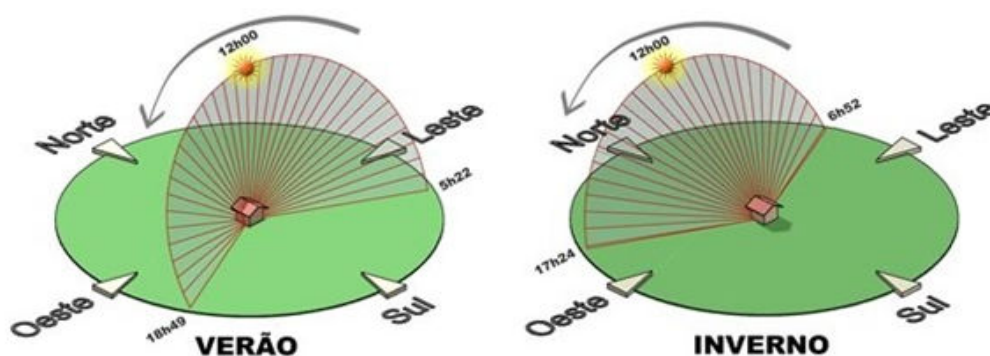
Para o desenvolvimento da referida pesquisa, foi escolhido o terreno que está localizado na 1301 sul, próximo as faculdades Ulbra e Católica, com uma área total de 1.200 m², na cidade de Palmas (Capital do Estado) em Tocantins. Os lotes situam-se na Avenida NS1 e Rua NS- A, Conjunto 02, Lote 11 e 12. A área foi escolhida por ser tratar de uma área comercial, exatamente para que os barulhos provenientes dos animais não gerassem desconforto para a vizinhança. Os acessos ao terreno podem ser feitos por ambas as avenidas de locação.

A área definida para a implantação do projeto se justifica, principalmente, pela localização e logística, pois está próximo ao Hospital Veterinário do CEULP/ULBRA e a Faculdade Católica. Além disso, a área é de fácil acesso e está em conformidade com as legislações municipais.

5.2 Orientação Solar e aplicação da Carta Solar de Palmas

Com relação ao terreno pode-se destacar que a frente é voltada para região oeste, onde há maior incidência solar na edificação e necessita ter maior tratamento para amenizar a insolação. O lado Oeste compreende a parte que está posicionada do mesmo lado onde está o rio Tocantins e terá uma atenção maior com relação aos princípios de conforto ambiental.

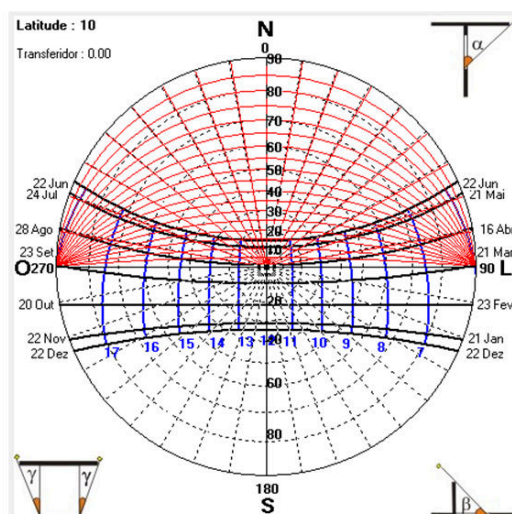
Figura 22 – Orientação Solar



Fonte: SIG Palmas, 2018.

Deve-se observar que em Palmas-TO as temperaturas máximas compreendem os meses de agosto, setembro e início de outubro, sendo que as mínimas são nos meses de junho e julho. Estas informações são importantes para a realização de um projeto de qualidade, respeitando as questões referentes a iluminação e ventilação natural, e especialmente respeitando o consumo consciente de energia com princípios de sustentabilidade.

Figura 23 – Carta Solar

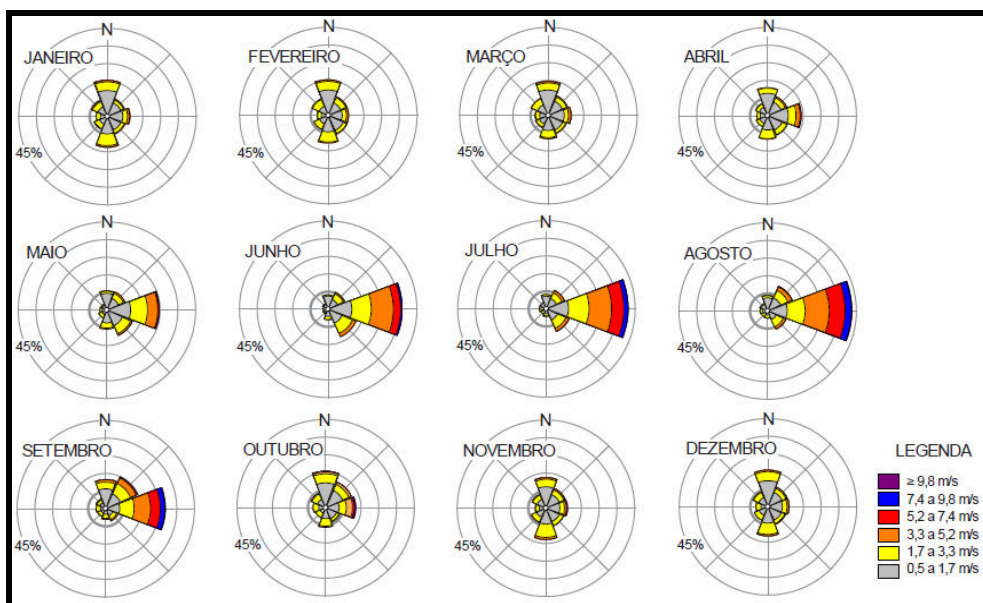


Fonte: Sol Ar, 2016.

5.3 Ventos predominantes

Na região de Palmas, através de estudo realizado na Universidade Federal do Goiás por Silva e Souza (2016), pode-se observar na figura 24, que a direção principal da ventilação se dá principalmente através da região leste, seguida do Norte.

Figura 24 - Caracterização da Direção Predominante e Velocidade do Vento em Palmas- TO.



Fonte: Silva e Souza.

Durante o dia em média no horário comercial predomina-se os ventos no sentido Leste, no caso do lote em estudo onde será implantado a área de vivência.

5.4 Relatório fotográfico e Serviços públicos prestados no entorno do terreno

Figura 25 - Terreno



Figura 26 - Vegetação do terreno



Figura 27 - Calçadas



Figura 28 – Rede Elétrica



Figura 29 - Comércio vizinho



Figura 30 - Comércio residencial



Figura 31 - Residencial Multifamiliar



Figura 32 - Residencial Unifamiliar



Fonte: Autor, 2019.

Nas imediações do terreno existe rede de energia elétrica e iluminação pública fornecida pela empresa Energisa, tratamento de água e esgoto fornecido e realizado pela empresa BRK Ambiental. Na Avenidas lindeiras aos lotes não apresentam calçamento, nem bocas de lobo e não há pontos de ônibus. O entorno é caracterizado em sua maioria com residências unifamiliares, residenciais e comércio.

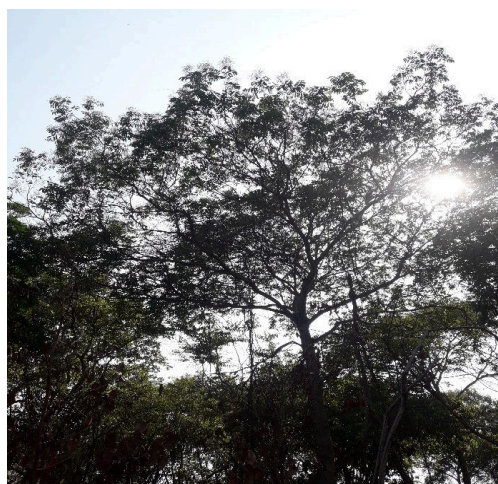
5.5 Estudo arbóreo

No terreno a vegetação é caracterizada em uma grande massa por árvores nativas de pequeno a grande porte, figuras 33 e 34. Elas encontram-se em maior parte ao lado oeste do lote, (conforme figura 36), podendo contribuir para o sombreamento do volume da edificação. Através das imagens de satélite, observa-se a vegetação existente e em visita in loco diagnostica-se as espécies com clareza.

Figura 33 – Vegetação existente



Figura 34 – Vegetação existente

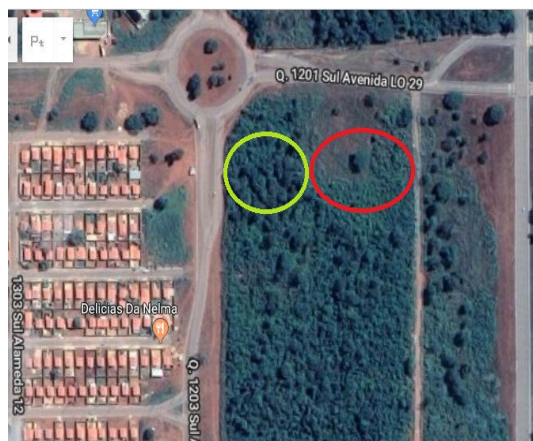


Fonte: Autor, 2019.

Figura 35 - Terreno



Figura 36 - Arborizações

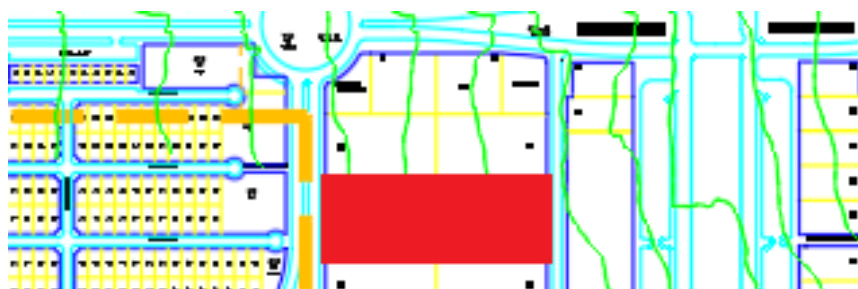


Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2019.

5.6 Leitura da topografia do terreno

Observou-se as curvas de níveis e visita in loco, percebeu-se que o lote é quase que totalmente plano. Grande parte dos projetos brasileiros seguem a cultura técnica da área plana, mesmo em locais com relevos acidentados. Já o terreno em estudo apresenta uma pequena declividade de acordo com as curvas de níveis.

Figura 37 - Topografia do Terreno



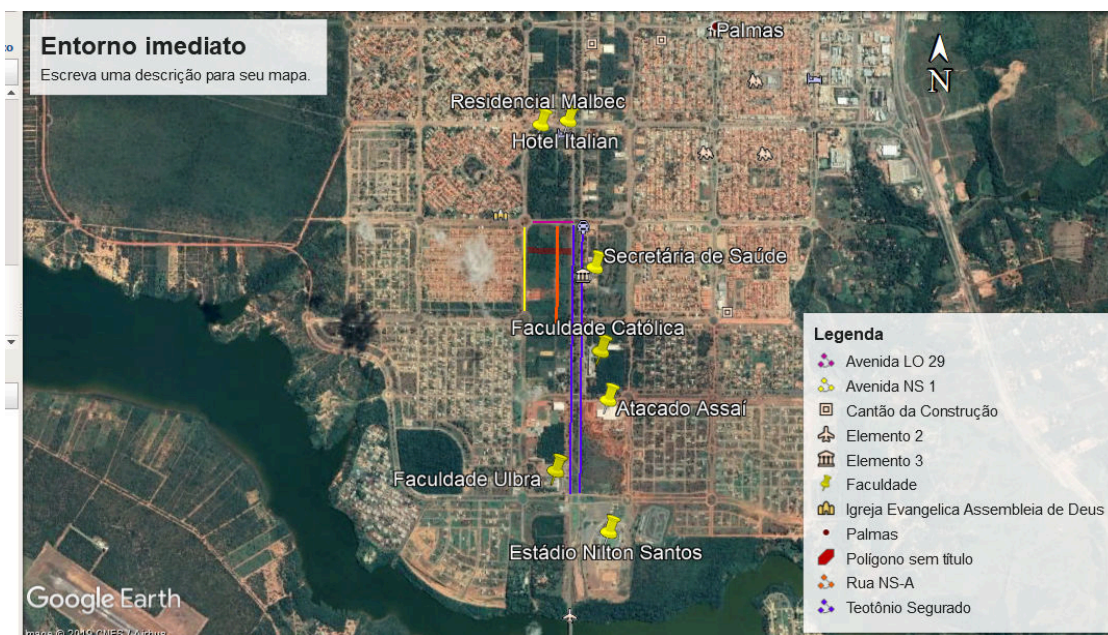
Fonte: Prefeitura de Palmas-TO, 2015.

5.7 Leitura do entorno imediato e mediato do terreno

5.7.1 Leitura do entorno imediato do terreno

Essa análise é de suma importância, para se avaliar o impacto que a edificação terá no local, bem como se propor um edifício que tenha relação com seu entorno. Próximo ao terreno existem quadras completamente habitadas, exceto na quadra comercial, onde ainda há vazios urbanos. Possui residenciais, banco e comércio, conforme figura 38.

Figura 38 - Entorno imediato

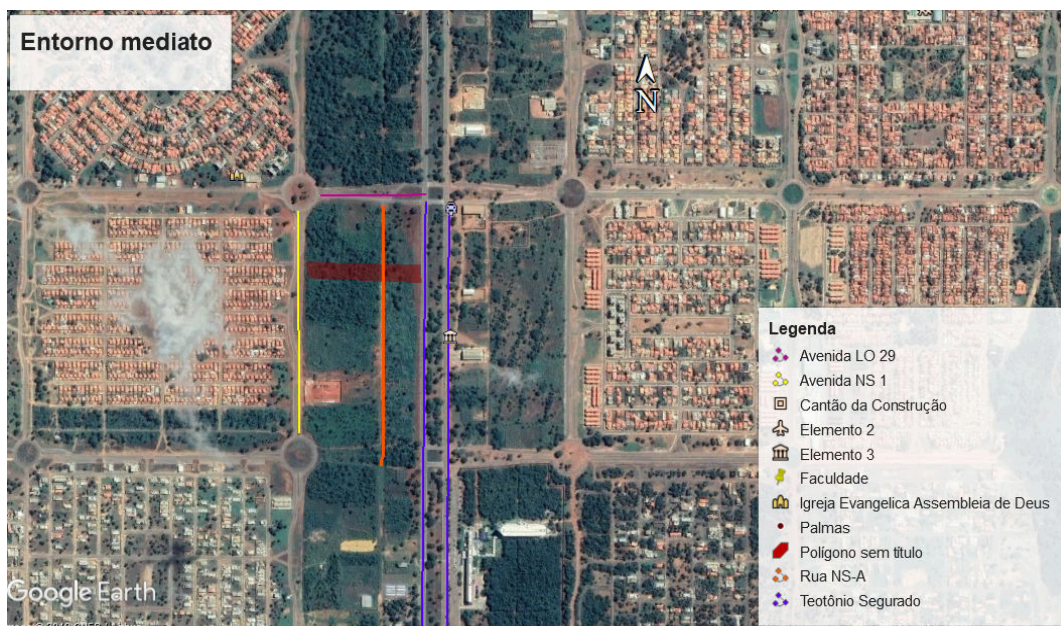


Fonte: Google Maps, 2019.

5.7.2 Leitura do entorno mediato do terreno

Ao Norte encontra-se o residencial Malbec e o Hotel Italian, ao leste a Secretaria municipal de saúde e banco do Brasil, ao Sul, a Faculdade Ulbra, à Oeste edificações residenciais, ver figura 39.

Figura 39 - Entorno Mediato



Fonte: Google Maps, 2019.

6 DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO ARQUITETÔNICO ADOTADO

Para elaboração do partido arquitetônico, foi estudado a tráfede vitruviana. Na obra de Vitruvio, definem-se três elementos fundamentais da arquitetura: a firmitas, que se refere ao caractere construtivo da arquitetura; a utilitas, que originalmente se refere a comodidade e ao longo da história foi associada a função; e a venustas associada a beleza e a apreciação estética (MAGALHAES, 2011).

Segundo Magalhães (2011), uma construção passa a ser chamada de arquitetura quando, além de ser firme e bem estruturada (firmitas), possuir uma função (utilitas), e for, principalmente, *bela* (venustas). Tem-se que entender que Vitruvius contextualizava o conceito de beleza segundo os conceitos clássicos. Deste modo, a *venustas* foi, ao longo da história, um dos elementos mais polêmicos das várias definições da arquitetura.

Com isso o partido arquitetônico será a tráfede vitruviana, do qual será tirado partido o cobogó, visto que este tem como função a vedação. Além disso sua forma permite ter permeabilidade e esteticamente garante um ambiente mais lúdico,

diferente do comum, ver figuras 40, 41, 42 e 43. O objetivo é utilizar essas funções na proposta projetual de todo edifício.

Figura 40 - Cobogó na fachada

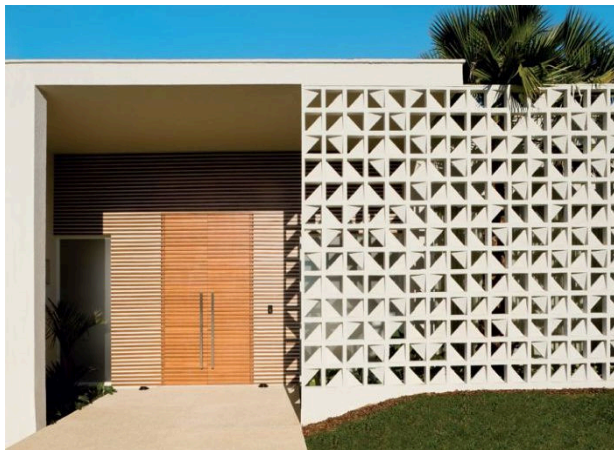


Figura 41- Cobogó como elemento estético



Figura 42 - Cobogó como elemento de proteção

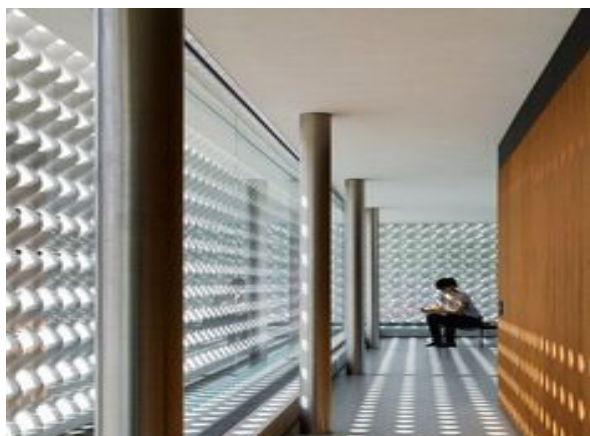


Figura 43 - Cobogó no interior



Fonte: Arquitetura e Construção, 2019.

6.1 Conceito do Cobogó

O cobogó é um elemento construtivo constituído de uma parede ou um trecho de uma parede feita em blocos vazados. Ao invés de tijolos utiliza-se cerâmica, cimento ou concreto. Típico da arquitetura pernambucana, o cobogó tem seu nome formado pelas iniciais dos sobrenomes de seus criadores. Amadeu Oliveira Coimbra (Co), Ernest August Boeckmann (Bo) e Antônio de Góis (Go). Esse elemento já era feito em obras, localmente e de forma improvisada, mas foi a partir de sua patente, em 1929, que ele passou a ser industrializado. No início, eram

fabricados com cimento, mas a popularização desse elemento arquitetônico trouxe o uso de outros materiais, como vidro, argila e cerâmica (CAU, 2014).

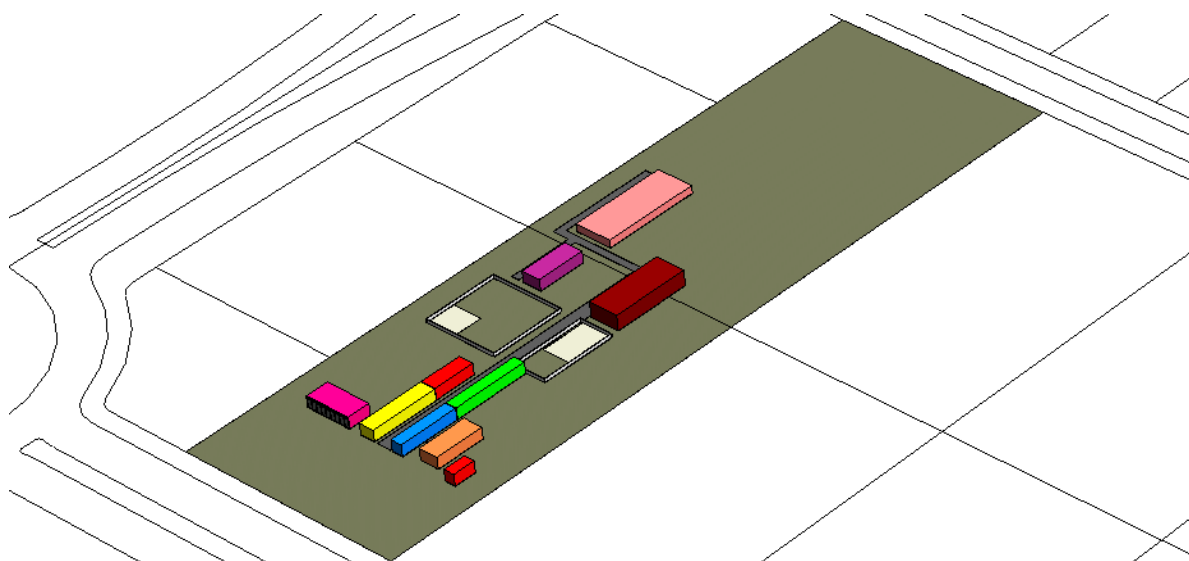
O cobogó pode ser incorporado tanto externamente, como internamente, em paredes, divisórias de ambientes e muros. Em ambientes externos, sua função é de decoração, principalmente em áreas de circulação, já em ambientes internos ele pode ser utilizado como divisórias e direcionar ventilação e iluminação, além do aspecto estético. Na atualidade o cobogó possui vários desenhos e formatos e sua utilização decorativa cria divisórias de ambientes e efeitos interessantes de luz e sombra, principalmente quando interage com a iluminação natural.

7 ESTRATÉGIA COMPOSITIVA

Com base no Partido arquitetônico adotado para o desenvolvimento do anteprojeto e levando em consideração a incidência solar, ventos predominantes e o entorno dos terrenos escolhidos, a disposição dos blocos ganhou a necessidade de estarem interligados, mas com permeabilidade entre os mesmos. Para que possam se fundir e integrar ao meio conforme figura 44.










A ideia da edificação é gerar um ambiente confortável, tanto para os seres humanos que ali estiverem, tanto para os animais que ficarão por um tempo alojados.

Figura 44 - Estratégia compositiva



Fonte: Autor, 2019.

Legenda:

 Lojas comerciais	 Ambulatório	 Gatil
 Administrativo	 Cirúrgico	 Canil individual
 Serviços	 Quarentena	 Canil coletivo

Fonte: Autor, 2019.

8 SISTEMA CONSTRUTIVO

O centro de acolhimento vai dispor de estrutura de pilares e vigas de concreto e a vedação será de alvenaria de tijolos cerâmicos em sua maioria. Nos canis e gatis a vedação serão feitas com grades metálicas, como demonstrado nas (figuras 45 e 46). Haverá também um sistema de drenagem e captação de água da chuva, figuras 47 e 48.

Figura 45 - Estrutura dos Gatis



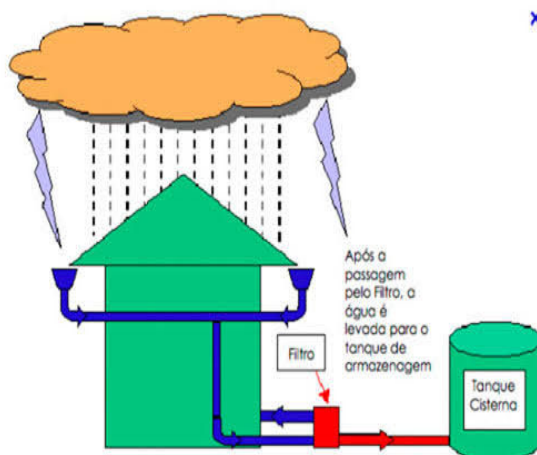
Figura 46 – Estrutura dos Canis



Figura 47 - Sistema de drenagem



Figura 48 - Sistema de captação de água



Fonte: Google, 2019.

A adoção desses materiais e estratégias tem como objetivo é trazer conforto térmico, sustentabilidade e manter uma maior higiene e evitar doenças no edifício.

8.1 Materiais

De acordo com a RDC 50/2002 que trata sobre os tipos de acabamentos para equipamentos hospitalares, é necessária a utilização de materiais adequados para o revestimento de paredes, pisos, indicando que esses devem possuir a menor quantidade de juntas, resistentes a lavagem e de alta resistência. Pisos com cantos arredondados e de fácil limpeza. Serão utilizados:

- Pisos vinílicos, são fáceis de limpeza;
- Pisos permeáveis nas áreas externas;
- Nas paredes dos canis é recomendável que seja todo revestido de cerâmica o ou pelo menos 1,2 m e o restante deve ter pintura lavável, com tinta PVA, acrílica, semi-brilho;
- Cercas teladas com altura mínima de 1,8 m;
- Recomenda-se inclusive no teto, telas de malha quadriculada $\frac{3}{4}$;
- Telhado com telhas termoacústicas;
- Forro PVC ou gesso;

9 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades é dividido em 7 setores, conforme relacionados abaixo:

- Setor Administrativo
- Setor Ambulatório
- Setor Cirúrgico
- Setor Apoio e serviços
- Setor de vivência
- Setor de adoção

9.1 Pré dimensionamento

O pré-dimensionamento teve como parâmetro o uso da RDC 50, sendo modificado conforme necessidade da proposta arquitetônica.

Quadro 6 - Pré-dimensionamento

Ambiente	Quant.	Área (m ²)	Área total (m ²)	Área Construída
Setor Administrativo				
Recepção	1	12,00	12,00	20,15
Sala do financeiro	1	12,00	12,00	12,00
Sala de reuniões	1	20,00	20,00	20,00
Direção	1	9,00	9,00	12,00
Sanitário feminino/ PCD	1	3,00	3,00	4,00
Sanitário masculino/PCD	1	3,00	3,00	4,00
Setor Ambulatório				
Sala de triagem	1	9,00	9,00	*Não construído
Consultórios	4	9,00	36,00	12,00
Sanitário feminino	1	3,00	3,00	4,50
Sanitário masculino	1	3,00	3,00	4,50
Sala de urgência	1	12,00	12,00	12,00
Sala de higienização	1	5,00	5,00	5,33
Sala de vacinas e curativos	1	12,00	12,00	12,00
Sala de ultrassom	1	12,00	12,00	12,00
Sala de raio x	1	16,00	16,00	16,00
Sala de internação	2	16,00	16,00	12,10
Farmácia	1	9,00	9,00	9,00
DML	1	3,00	3,00	*Não construído
Utilidades	1	3,00	3,00	*Não construído
Setor Cirúrgico				
Sala de eutanásia	1	12,00	12,00	9,00
Sala preparo cirúrgico	1	9,00	9,00	12,00
Sala de cirurgia	1	25,00	25,00	25,80
Alojamento pós cirúrgico	6	2,00	12,00	12,00
Sala de esterilização	1	9,00	9,00	9,00
Sala de guarda de material esterilizado	1	9,00	9,00	9,00
Vestiário barreira	1	5,00	5,00	9,00
Lavagem/desinfecção	1	6,00	6,00	9,00

Sanitário feminino	1	3,00	3,00	*Não construído
Sanitário masculino	1	3,00	3,00	*Não construído
DML	1	4,00	4,00	4,50
Utilidades	1	4,00	4,00	4,50
Vestiário barreira feminino	1	12,00	12,00	20,00
Vestiário barreira masculino	1	12,00	12,00	20,00
Setor de apoio e serviço				
Copa	1	15,00	15,00	Junto com staff
Almoxarifado	1	9,00	9,00	9,00
Central de gás	1	9,00	9,00	9,21
DML	1	3,00	3,00	*Não construído
Depósito de lixo comum	1	3,00	3,00	3,00
Depósito de lixo contaminado	1	3,00	3,00	3,00
Staff	1	20,00	20,00	21,20
Estacionamento				
Setor de vivência				
Canil individual	10	5,00	50,00	6,37
Canil coletivo (5 cães)	10	25,00	250,00	25,49
Canil quarentena	10	5,00	50,00	4,79
Gatil individual	10	3,00	30,00	*Não construído
Gatil coletivo	4	10,00	40,00	10,22
Gatil quarentena	3	3,00	9,00	8,50
Área de recreação de cães	1	400,00	400,00	432,95
Área de recreação de gatos	1	200,00	200,00	219,54
Depósito de ração	1	12,00	12,00	9,00
Banho e tosa	1	16,00	16,00	16,00
DML	1	4,00	4,00	4,50
Utilidades	1	4,00	4,00	4,50
Wc fem	1	4,00	4,00	4,50
Wc masc.	1	4,00	4,00	4,50

Setor de adoção				
Salas comerciais	4	12,00	48,00	12,00
Sanitários fem./masc.	1	6,00	6,00	*Não construído
Espaço para evento de adoção	1	20,00	20,00	38,32
Sala para palestras	1	16,00	16,00	20,00

Fonte: Autor, 2019.

*Não construídos: estes ambientes não foram edificados, pois os outros ambientes supriram as necessidades dos mesmos.

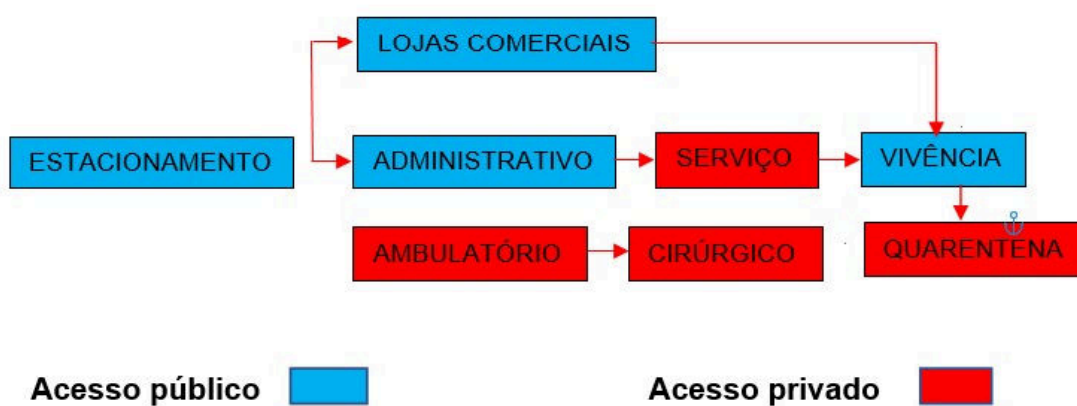
10 ARTICULAÇÕES FUNCIONAIS

10.1 Setorização e fluxograma

O acesso de veículos e de pedestres se faz por meio da avenida NS-01, com fluxos independentes para funcionários, usuários e ambulância. No interior da edificação, o acesso aos ambientes ocorre através de circulações horizontais (corredores). O acesso foi dividido em: público e privado, como pode ser observado na figura 49.

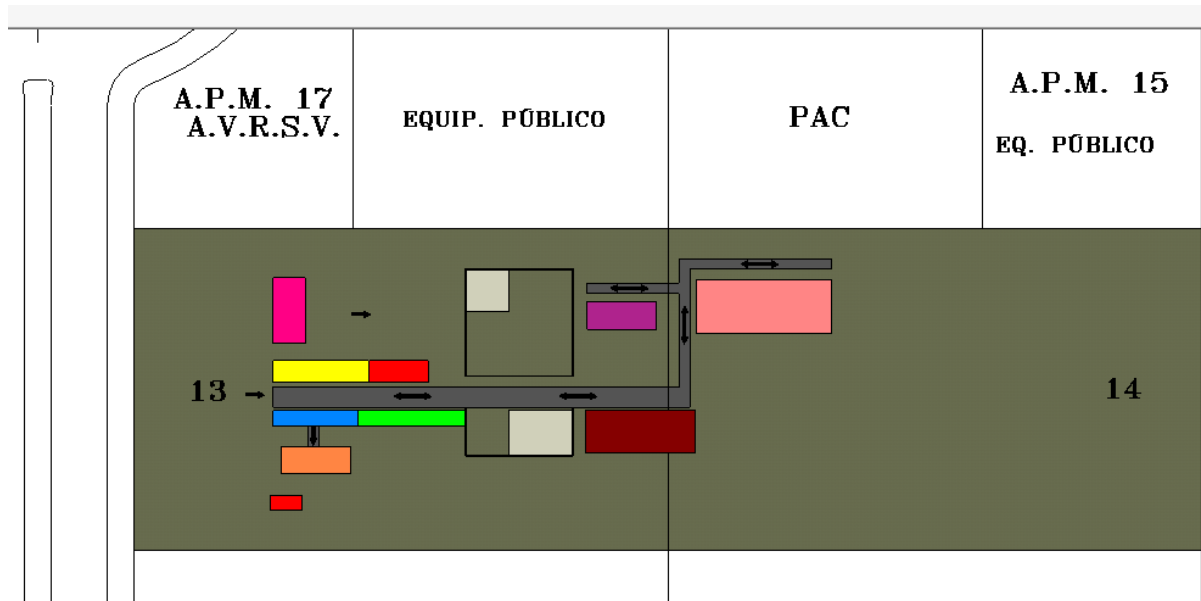
Em azul pode-se visualizar o acesso público, onde pessoas e funcionários poderão transitar sem eventuais problemas, pois são áreas que não apresentam perigo à integridade física e à saúde. Em vermelho, setor onde o acesso é restrito a funcionários, por se tratar de ambiente ambulatorial e cirúrgico, ver figura 50.

Figura 49 - Funcionograma



Fonte: Autor, 2019.

Figura 50 – Articulações Funcionais



Legenda:

■ Lojas comerciais	■ Ambulatório	■ Gatil
■ Administrativo	■ Cirúrgico	■ Canil individual
■ Serviços	■ Quarentena	■ Canil coletivo

Fonte: Autor, 2019.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das pesquisas e estudos realizados no presente trabalho nota-se a necessidade e a importância de se ter um Centro de Acolhimento de Animais, onde esses animais possam ser tratados tanto de feridas externas, como internas, recebendo todo carinho e respeito que merecem e posteriormente tendo uma nova chance com famílias que os ame.

Com base no referencial teórico, pode-se ver que é possível a criação de um ambiente que supra todas essas necessidades, aliada a presença da população e ao apoio de ONG's e órgãos públicos.

O estudo realizado nesse trabalho trouxe embasamento para a elaboração de uma proposta de projeto de um Centro de Acolhimento para Cães e Gatos em Situação de Risco em Palmas, prezando para que este seja funcional, com um projeto arquitetônico racional e flexível, que mesmo tempo possa garantir qualidade e conforto aos animais, funcionários e visitantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L., ALMEIDA, L.P., BRAGA, P. F. S., **Aspectos Psicológicos na Interação Homem-Animal de Estimação**, Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

ARCHDAILY. **Animal Refuge Centre / Arons en Gelauff Architecten**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/2156/animal-refuge-centre-arons-en-gelauff-architecten>>. Acesso em 29 de setembro de 2019.

ARCHDAILY. **South Los Angeles Animal Care Center & Community Center / RADA**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/407296/south-los-angeles-animal-care-center-and-community-center>>. Acesso em 29 de setembro de 2019.

ARMSTROGG, S. J.; BOTZLER, R. G. **The animal ethics reader**. London: Routledge, 2008.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DE ANIMAIS. **Abrigo Flora e Fauna**. Disponível em: <<http://www.abrigofloraefauna.org.br/p/o-abrigo.html>>. Acesso em 22 de setembro de 2019.

CARCERES, L. P. n. **Estudo do programa de esterilização das populações canina e felina no Município de São Paulo**. Período 2001 a 2003. 2004. 83 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina Veterinária e zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CCZ. Centro de Controle de zoonoses de São Paulo. **Planejamento do programa de prevenção de mordeduras de cães e gatos em São Paulo**. Embu: CCZ, 2003. Trabalho apresentado na 1ª reunião para implantação do regime de prevenção de mordeduras de cães e gatos. Embu das Artes, 2003.

CORONATO, Marcos (Ed.). **Comportamentos péssimos que levam ao abandono de animais, medidos pelo ibope**. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/06/3-comportamentos-pessimos-que-levam-ao-abandono-de-animais-segundo-o-ibope.html>>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

CAU/BR. Cobogó. Disponível em: <<https://arquiteturaurbanismotodos.org.br/cobogo/>>. Acesso em 01 de novembro de 2019.

E.C. ARRUDA, J. NORONHA, C.F.M. MOLENTO, R.C.M. GARCIA, S.T. OLIVEIRA. **Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal**. Arq. Bras. Med. Vet. Zootec., v.71, n.1, p.232-242, 2019.

FARACO, C. B.; SEMINOTTI, N. 2006. **A crueldade com animais: como identificar seus sinais? O Médico Veterinário e a prevenção da violência doméstica**. Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Brasília, 37, pp. 66-71.

FORUM NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL. **Bem-estar animal em abrigos de cães e gatos**. Disponível em <<http://www.agrarias.ufpr.br/portal/mvc/wp-content/uploads/sites/32/2018/07/Bem-Estar-em-Abrigos-FNPA.pdf>> . Acesso em 30 de agosto de 2019.

GLOBO.COM. **Brasil tem mais de 170 mil animais abandonados sob cuidado de ONGs, aponta instituto**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/18/brasil-tem-mais-de-170-mil-animais-abandonados-sob-cuidado-de-ongs-aponta-instituto.ghtml>>. Acesso em 22 de setembro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. 01 - **Batalhão de Polícia Militar Ambiental**. Disponível em: <<https://www.pm.to.gov.br/institucional/estrutura-geral/03---orgaos-de-execucao/03---cpe---comando-do-policiamento-especializado/01---batalhao-de-policia-militar-ambiental/>>. Acesso em 22 de novembro de 2018.

GUIMARÃES, A. M.; ALVES, e. G. L.; REZENDE, G. F.; RODRIGUES, M. C. **ovos de Toxocara sp. e larvas de Ancylostoma sp.** em praça pública de Lavras, MG. Revista de Saúde Pública, v.39, n.2, p.293-295, 2005.

INSTITUTO LUISA MELL, 2019. Disponível em:<<http://ilm.org.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

LESSA, M. M.; LESSA, H. A.; CASTRO, T. W. N.; OLIVEIRA, A.; SCHERIFER, A.; MACHADO, P.; CARVALHO, E. M. **Leishmaniose mucosa: aspectos clínicos e epidemiológicos**. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia, v.73, n.6, p.843-847, 2007.

LUCINI, H. C. **Modulação de vãos de esquadria**. Foz do Iguaçu, 2002.

O que faz um centro de controle de zoonoses? Disponível em: <<https://cczrioclaro.wordpress.com/2015/02/04/o-que-faz-um-centro-de-controle-de-zoonoses/>>. Acesso em 30 de agosto de 2019.

ORESCO, Cintia de Paula et al. O Abrigo de Animais Abandonados e o seu papel na sociedade. **Socioeconômica & Ciência Animal**, São Paulo, v. 048, p.1-5, 24 jan. 2012. Disponível em: http://www.fmvz.usp.br/files/Socioeconomia__Ciencia_Animal_Edicao_048.pdf. acesso em: 16 mar. 2019.

OZÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. **Teoria e sociedade**, UFMG, v.1, n. 21, p. 143-175, jan-jun. 2013. Disponível em:<<http://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/download/76/63>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PANACHAO L.I.; SANTOS O.; DIAS R.A.; **Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura / Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP / São Paulo: Conselho Regional de Medicina Veterinária, 2013.**

PARANHOS, S. M.; FREITAS, L.; SANTOS, W. C.; GRIMALDI JUNIOR, G.; PONTES, C. L. C.; OLIVEIRA, S. A. J. **A cross-sectional serodiagnostic survey of**

canine leishmaniasis due to *Leishmania chagasi*. American Journal of Tropical Medicine Hygiene, v.55, p.39-44, 1996.

PASTORI, Érica Onzi; MATOS, Liziane Gonçalves de. Da paixão à “ajuda animalitária”: o paradoxo do amor incondicional no cuidado e no abandono de animais de estimação. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 112, 31 mar. 2016. Caderno Eletronico de Ciencias Sociais.

SANTOS, A.G. **Perfil Epidemiológico da População Canina Assistida pelo Serviço de Pronto Atendimento de Centro de Controle de Zoonoses Paulo Dacorso Filho, Rio de Janeiro-Brasil**. Dissertação – UFRRJ, 2006.

SCIELO. **Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-09352019000100232&lng=en&nrm=iso&tlng=en#B20>. Acesso em: 30 de agosto de 2019.

Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande – MS. Disponível em <http://capital.ms.gov.br/sesau/canaisTexto?id_can=3436> Acesso em: 30 de setembro de 2019.

SER INQUIETO. **5 motivos para conhecer e amar o cobogó**. Disponível em:<<https://serinquieta.wordpress.com/2015/10/20/5-motivos-para-conhecer-e-amar-o-cobogo/>>. Acesso em 01 de novembro de 2019.

TEORIA DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA. **A tríade vitruviana**. Disponível em:<<http://teoriadahistoriadaarquitectura.blogspot.com/2011/08/triade-vitruviana.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2019.

THRUSFIELD, M. **Epidemiologia veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2004, 556p. WSPA, WORLD SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANIMALS. **Políticas para abrigos de cães e gatos**. Rio de Janeiro, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE - Questionário



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS
 Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
 ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

QUESTIONÁRIO

- 1- Qual o nome da ONG ou da Instituição?
- 2- Onde fica localizada a sede da ONG ou instituição?
- 3- Qual o nome do(a) presidente ou responsável?
- 4- Quanto tempo atua na cidade?
 Menos de um ano Menos de 3 anos Menos de 5 anos
- 5- Quem ou quais são os parceiros e apoiadores na causa?
- 6- Como o projeto se mantém financeiramente?
 Doação direta Doação indireta Governamental outro
 Outro _____
- 7- Qual o maior desafio na hora de abrigar um animal?
- 8- Onde os animais ficam durante e após o processo de resgate e tratamento?
- 9- Como os governantes se comportam em relação a causa animal?
- 10- Como a ONG ou instituição atua na cidade?
- 11- Na sua opinião, em qual localização seria mais viável a construção de um abrigo para cães e gatos?
 Norte Sul Sudeste Sudoeste Nordeste Noroeste
- 12- Quantos animais atende em média por mês? Supri a demanda?

ANEXOS

ANEXO A- Lei uso de solo.

Lei nº 386 de 17 de fevereiro de 1993.

TÍTULO ÚNICO DO ZONEAMENTO URBANO

Art. 1º Para efeito desta lei a Área Urbana da Sede do Município de Palmas se define como aquela compreendida entre o Ribeirão Água Fria ao Norte, o Ribeirão Taquarussú Grande ao Sul a cota 212 (de inundação do lago da Usina Hidrelétrica do Lajeado) a oeste e pela Rodovia TO 134 a Leste.

Art. 3º Para se ter organização e controle do Uso do Solo a Área Urbana do Município de Palmas é delimitada em Zonas de Uso que se especificam de acordo com a sua destinação.

Art. 4º As Zonas de Uso resultam do relacionamento entre o exercício das funções da cidade e a ocupação urbana, de acordo com sua destinação do solo urbano, as atribuições programadas com relação ao uso e ocupação.

Art. 9º A ocupação e o aproveitamento máximo admitidos para os lotes de cada Zona de Uso serão determinados por índices, assim definidos:

§ 1º - Taxa de Ocupação Máxima é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a máxima área de projeção horizontal da edificação.

§ 2º - Índice de Aproveitamento Máximo (IA) é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a área total da edificação máxima permitida nesse mesmo lote.

SEÇÃO I DEFINIÇÃO DAS ZONAS DE USO

II - Área de Comércio e Serviço - ACS;

§ 2º - Área de Comércio e Serviços - ACS é a Zona de Uso caracterizada pela predominância do uso de Comércio e Serviços.

SEÇÃO II DA DIVISÃO DAS ZONAS DE USO

Art. 16º As zonas de uso definidas no artigo anterior foram estabelecidas para permitir e garantir o exercício das funções a que se destinam, conforme relacionado a seguir:

§ 2º - Área de Comércio e Serviço (ACS) está dividida em:

II - Área de Comércio e Serviço Urbano – ACSU

Art. 40° A taxa máxima de ocupação para Área de Comércio e Serviços Urbanos - ACSU é de 100% (cem por cento) para o subsolo, 50% (cinquenta por cento) para o térreo e primeiro andar, 30% (trinta por cento) para os outros andares, excetuando os afastamentos;

Art. 41° Os índices máximos de aproveitamento para ACSU são:

I - Para as quadras ACSU SO 10, ACSU SE 10, ACSU NO 10, ACSU NE 10 são os seguintes:

b) Conjunto 02 - 3,0 (três)

Art. 42° Para Área de Comércio e Serviço Urbano serão observados quanto ao afastamento os seguintes casos:

II - Conjunto 02:

a) Subsolo:

- Frente - nulo
- Fundo - nulo
- Lateral - nulo

b) Demais Pavimentos:

- Frente - 20,00 m
- Fundo - 7,50 m
- Lateral - 7,50 m